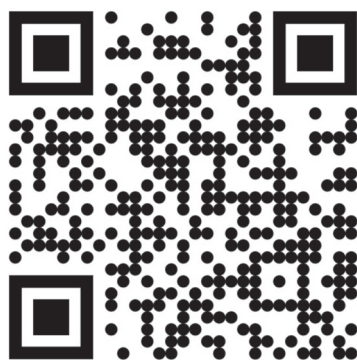


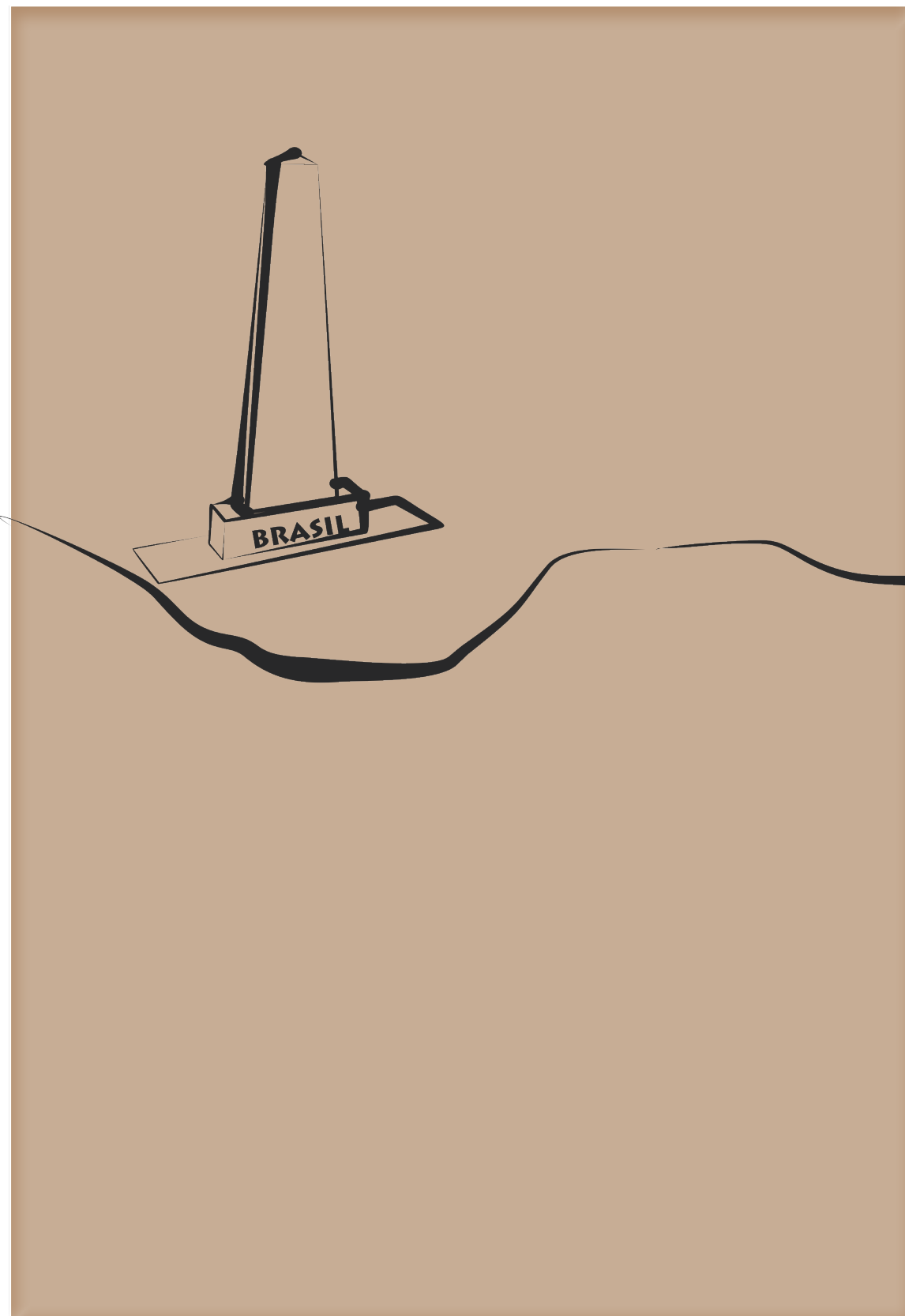
CONHEÇA A FRONTEIRA
POR FOTOS



Para decifrar o código acima você
precisa:

- 1 - ter um computador, celular ou *tablet* com câmera
- 2 - instalar um aplicativo leitor de QR Code. Eles são gratuitos!
- 3 - abrir o aplicativo e realizar a leitura
- 4 - Pronto!

As fotos também estão
disponíveis na conta:
@nafronteira2017 pelo *Instagram*
ou acessando o *link* abaixo:
www.instagram.com/nafronteira2017



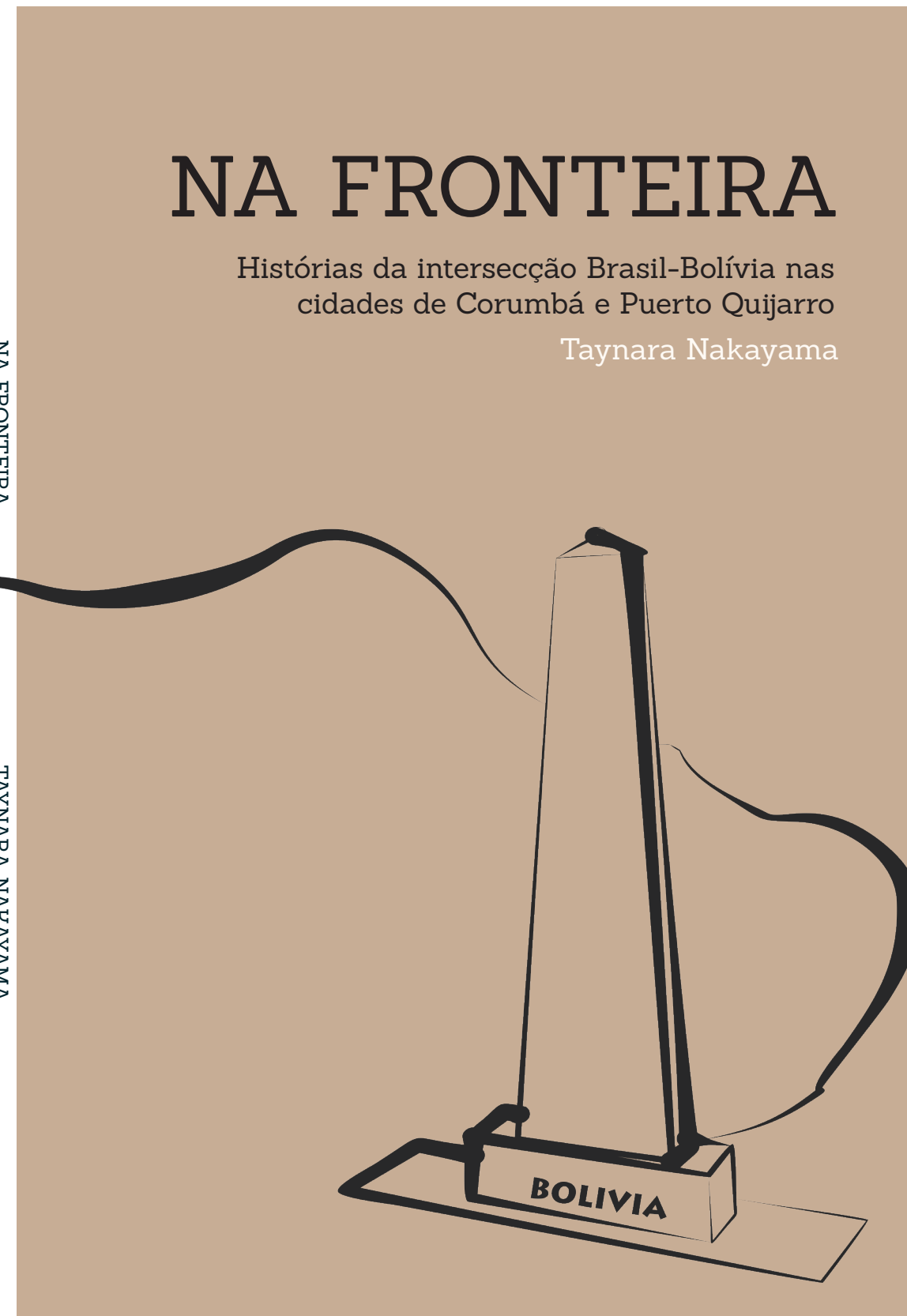
NA FRONTEIRA

TAYNARA NAKAYAMA

NA FRONTEIRA

Histórias da intersecção Brasil-Bolívia nas
cidades de Corumbá e Puerto Quijarro

Taynara Nakayama



NA FRONTEIRA

Histórias da intersecção Brasil-Bolívia nas cidades
de Corumbá e Puerto Quijarro



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
JORNALISMO UFSC - 2017.2

NA FRONTEIRA

Histórias da intersecção Brasil-Bolívia nas cidades
de Corumbá e Puerto Quijarro

Taynara Nakayama

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
JORNALISMO - 2017.2

TEXTO

Taynara Nakayama

EDIÇÃO

Djalma Júnior
Taynara Nakayama

ORIENTADORA

Daiane Bertasso Ribeiro

PROJETO GRÁFICO

Taynara Nakayama

REVISÃO

Djalma Júnior
Monique Souza

NA FRONTEIRA - Histórias da intersecção Brasil-Bolívia nas cidades
de Corumbá e Puerto Quijarro/Taynara Nakayama; Orientadora, Daiane
Bertasso Ribeiro - Florianópolis, SC, 2017. 113p.





*Para Cléo,
mãe de todas as minhas fronteiras.*



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Teoria dos Conjuntos 13

CIDADES DE FRONTEIRA

A fronteira vista de Corumbá 19

Nas calçadas de Puerto Quijarro 34

FRONTEIRA RURAL

Cosme e Damião abençoam a fronteira 51

O primeiro ou último pedaço de Brasil 67

PESSOAS DE FRONTEIRA

Miss Kiara 81

Dr. Geremias 94



Apresentação



Teoria dos conjuntos

A fronteira entre Corumbá e Puerto Quijarro é uma intersecção de dois conjuntos, cada um correspondente a uma das cidades. Em um há o que falta no outro. Os elementos em comum estão na intersecção, lugar onde o Brasil e a Bolívia mais que se tocam, se cruzam.

Mas assim como a Teoria dos Conjuntos da matemática tem seu paradoxo, a ligação desses dois também tem os seus. Há quem prefira vê-los como conjuntos que não pertencem sequer ao mesmo universo. Há quem enxergue uma união. Há os que veem a intersecção como algo mutável à sua conveniência, aparece quando um elemento do outro é necessário para o seu, mas desaparece quando elementos dos dois conjuntos se chocam.

A fronteira que eu conheci no final de 2015 me pareceu um universo fantástico, diferente do que estava no meu imaginário. Preencheu-se, agora com impressões pessoais, o que antes era um conjunto com informações sobre a Guerra do Paraguai e notícias de tráfico de drogas e outras atividades ilícitas. Nessa oportunidade,

voltava de uma viagem pela Bolívia e resolvi retornar ao Brasil por terra, rota de muitos mochileiros que evitam gastos com passagem aérea. Cheguei à cidade de Puerto Quijarro em um dos vagões do “Trem da Morte”¹. Passei menos de 24 horas em Quijarro e Corumbá.

Retornei em setembro de 2017. Desta vez, por três semanas, e não como viajante, mas como jornalista em busca de histórias que humanizassem essa intersecção. Cheguei lá sem entrevistas marcadas ou possíveis personagens, sem perceber que isso colocava meu trabalho nas mãos de elementos que eu nem sabia se existiam nos dois conjuntos.

Encontrei outra fronteira, outra intersecção entre o Brasil e a Bolívia. E a cada dia que saí em busca de novos elementos/personagens para compor este livro, a fronteira se mostrou diferente. Isso porque essa parte dos conjuntos não é determinada, estanque. É dinâmica e se apresenta de maneira particular a cada pessoa que se detém e a observa. A fronteira que eu vi talvez não seja a vista por você.

Este livro não tem a pretensão de definir ou esclarecer os paradoxos dessa fronteira. Todas as histórias que estão aqui foram encontradas caminhando por esses conjuntos. E, provavelmente, não se repetiriam caso eu tentasse refazer este trabalho. Cada elemento da intersecção é único.

Boa leitura!

1 Alguns acreditam que o apelido vem das mortes ocasionadas por doenças tropicais que acometeram trabalhadores na época da construção da ferrovia. Outros dizem que foi criado por viajantes brasileiros, usuários do transporte na época em que era famoso por sua precariedade e falta de segurança. Hoje, o serviço é uma alternativa de transporte confortável e seguro.





Cidades de fronteira



A fronteira vista de Corumbá

*Releitura da reportagem “O continente visto de Corumbá”
do jornalista Claudio Bojunga.*

Em 2001, foi inaugurada a ponte sob o rio Paraguai, conectando a BR-262, e o Mato Grosso do Sul, a Corumbá. Antes disso, com o fim do transporte de passageiros realizado pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB)¹, a viagem até Campo Grande era combinada por meio terrestre e fluvial com uma balsa que fazia a travessia do rio. O trecho que liga a capital a Corumbá não é duplicado. Pavimentada na década de 80, a reta a perder de vista é característica das rodovias do estado. Pequenas cidades de beira de estrada interrompem a cada tanto os latifúndios também característicos do Mato Grosso do Sul. Aparecem acampamentos de movimentos de luta pela reforma agrária, alguns já abandonados, habitados ape-

1 A NOB foi a companhia responsável por ligar essa região a Bauru (SP) e, fazendo baldiação, Santos. A ideia de construir uma ferrovia que ligasse o interior do estado ao litoral paulista vinha desde a época do Império.

nas pelos esqueletos das cabanas cobertas com lonas pretas deixadas pelas caravanas, outros por cachorros, galinhas e gente tão vermelha e empoeirada quanto a terra dos acostamentos.

A paisagem até o meio da viagem é típica de Cerrado. Colorida por ipês amarelos em alguns meses do ano, muda apenas perto de Miranda quando pequenos banhados – campos alagados pelas chuvas – surgem acompanhados de uma vegetação mais verde. As antas, cobras, lagartos e tamanduás mortos na beira da estrada também são mais frequentes naquela parte. Radares de velocidade tentam controlar os motoristas e proteger a fauna abundante na região, que segue cruzando a estrada como se ainda fosse a trilha de sua matas, alheia à antropomorfização do seu habitat.

A imponência do rio Paraguai aparece e sabe-se que Corumbá está próxima. Do ponto mais alto da ponte, vê-se os alagados do Pantanal e o começo do Maciço do Urucum. Já desnudado pela mineração, apresenta seu interior vermelho e contrasta com o verde da vegetação.

Um conjuntinho de ruas esqueléticas e empoeiradas com uma terra branca tão avessa à terra vermelha da capital, é – junto do portal velho – a primeira impressão da cidade. O Centro de Corumbá é barulhento, poluído sonoramente pelo trânsito e pelos alto-falantes que as lojas colocam na calçada, reproduzindo rádios locais e ofertas. Caótico como se espera de uma região comercial. O diferente é a calma que a gente tem por lá.

As pessoas nas calçadas não caminham afobadas. Homens conversam tranquilamente sentados em um banco apertado entre o es-

paço para os pedestres e a parede de uma loja. Não muito distante fica a Praça da Independência. As ruas que a contornam são o palco dos artistas viajantes. Um senhor admira um homem fazendo malabarismo com facas.

– Bons, né?

Outra característica diferente de Corumbá é a paciência com os mochileiros e *hippies*, empatia não muito presente em outros municípios. Talvez pela característica de fronteira, os corumbaenses estejam acostumados com os viajantes que usam a cidade não só como linha de cruzamento entre o Brasil e a Bolívia.

As praças do Centro possuem monumentos referentes à Guerra do Paraguai², período em que a cidade ficou sob domínio paraguaio durante dois anos. Conta-se que a Praça da República foi o palco do combate de retomada do município para o Brasil. Nela, a réplica de uma locomotiva relembra a importância da chegada da ferrovia para o renascimento econômico e a entrada de Corumbá no setor industrial. Hoje em dia, os trilhos são usados para transporte de carga, os arredores da estação servem como moradia para pessoas em situação de rua e de circuito de treinamento para autoescolas da cidade.

As ruas da parte mais antiga ainda são de paralelepípedo. Desviam seu trajeto das árvores, que fazem parte do asfalto e não das calçadas. Os casarões coloniais de portas altas e pintura colori-

2 Também conhecida como Guerra da Tríplice Aliança, ocorreu entre 1864 e 1870. Corumbá ficou sob domínio paraguaio de 1865 a 1867.

da desbotada são ocupados por famílias ou comércios, mas muitos estão abandonados ou sendo vendidos.

“Ilhada em seu próprio pântano”

A palavra Corumbá, em tradução da língua Tupi-Guarani, significa “lugar distante”. Fisicamente, Corumbá também está afastada dos grandes centros urbanos do país. Os 429 quilômetros que a separam de Campo Grande, fizeram com que ela crescesse geograficamente isolada do resto do Centro-Oeste, apesar da sua importante posição estratégica e histórica. As relações cotidianas intermunicipais se dão com Puerto Quijarro, a outra cidade da fronteira Brasil-Bolívia, que também está longe do centro urbano mais próximo do seu país³.

O jornalista brasileiro Claudio Bojunga⁴ descreveu Corumbá como “o centro de gravitação dessa fronteira que separa o centro-oeste brasileiro do oriente boliviano” em reportagem feita durante o seu projeto de retratar os limites territoriais do sul-sudoeste brasileiro em 1976. O trabalho foi publicado no livro *Fronteiras: viagem ao Brasil desconhecido*⁵. Hoje, 41 anos depois, a cidade continua se destacando como o principal ponto nos 3.200 quilômetros de fron-

3 A cidade mais próxima é Santa Cruz de la Sierra, distante 650 quilômetros.

4 Claudio Bojunga nasceu no Rio de Janeiro em 1939. Jornalista e biógrafo, é autor do livro *JK: o artista do impossível*. Trabalhou no *Jornal do Brasil*, na revista *Veja* e na *TVE*.

5 O livro foi publicado em 1978 e escrito em conjunto com o jornalista Fernando Portela, responsável por conhecer os municípios fronteiriços da região norte.

teira seca e fluvial que separam cartograficamente o Brasil da Bolívia – Acre, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul são os estados dessa linha divisória.

“Rio de Janeiro, corte única e definitiva”

A Corumbá de Claudio Bojunga é “calcária, luminosa, abafada”, com “gente amena e tráfego tranquilo”, marcada pela influência do Rio de Janeiro trazida pelos marinheiros que ali aportavam. A cidade segue assim, com maior ou menor intensidade em cada característica. A umidade alta, quase sempre acima de 70%, se mistura com o suor e gruda na pele. As pessoas ainda cumprimentam quem passa pela rua, caminham tranquilas pelo porto e pelas praças e conversam com vizinhos sentadas em cadeiras levadas para a calçada no fim de tarde – alternativa ao calor ou à falta de varanda nas casas construídas no primeiro metro quadrado do terreno, com a porta de entrada dando direto na rua.

Corumbá não tem pressa.

O sotaque ainda é um hibridismo do falado no Mato Grosso do Sul com o carioquês da capital fluminense. Mesmo que inconscientemente, a cidade segue reverenciando os costumes trazidos pelos navios e militares da marinha de guerra, que ligavam a cidade à capital do Império antes mesmo de Campo Grande ter ligação terrestre com o Rio de Janeiro. As camisetas expostas nas vitrines das lojas são as de times cariocas. O calçamento da Praça General Ponce imita o da orla de Copacabana. O carnaval da cidade é o melhor e o mais procurado do Centro-Oeste, fruto do tédio dos marinheiros,

“uma reação contra a saudade do mar, do porto, do Rio de Janeiro [...]”, segundo Claudio Bojunga.

Ainda opõe-se à vida em Campo Grande, reproduzindo, quase sempre sem querer, as rivalidades São Paulo x Rio de Janeiro, interior x capital como observado pelo jornalista: “na velha polêmica entre cidades industriosas e cidades preguiçosas, entre eficácia e despreocupação, entre o trabalho intenso e a qualidade de vida, Corumbá sempre preferiu as últimas opções.”

A distância física da capital e a ligação interrompida com o Rio de Janeiro e países da Bacia do Prata, devido ao declínio do seu porto, aproximaram a cidade do vizinho ignorado. Parece que, atualmente, a Bolívia é a influência conscientemente presente, deixando o Rio de Janeiro nos hábitos e tradições já incorporados e naturalizados por uma história pouco lembrada entre os moradores, de um tempo em que Corumbá era uma cidade cosmopolita influenciada pela relação com a alta sociedade platina e carioca.

Um porto desimportante

A navegação foi reestabelecida em Corumbá após a derrota do exército de Solano López pela aliança entre Brasil, Uruguai e Argentina na Guerra do Paraguai. O porto geral foi, até 1930, o terceiro porto fluvial mais importante da América Latina. Ali, chegavam navios dos países da Bacia do Prata e europeus. Deixavam cultura e as últimas modas mundias, além de matérias primas para a indústria e a construção civil, vinhos e tecidos franceses. Problemas de controle sanitário e saneamento básico também aportavam nas margens do

rio. A cidade serviu de sede para cerca de 20 bancos internacionais, sendo a libra esterlina usada como moeda corrente por alguns anos. A população estrangeira chegou a superar a brasileira.

Na época em que Claudio Bojunga entrou no trem de passageiros em Campo Grande e chegou à cidade pelos trilhos da estrada de ferro, Corumbá já estava ligada ao centro do país por rodovias e ferrovias. A construção da ferrovia provocou um declínio econômico e social. O crescimento regrediu e seu isolamento aumentou, sendo lembrada pelo país por ser porta de escoamento da exportação brasileira para a Bolívia. O porto geral perdeu sua significância para a ferrovia. Virou uma zona perigosa, limitando-se a “refletir a decadência melancólica da navegação pelo rio Paraguai,” como observado na reportagem de 1976.

Corumbá passou a crescer de costas para o rio Paraguai.

A cidade, geograficamente dividida em dois patamares, desenvolveu-se ladeira acima, articulando sua vida na cidade alta. A cidade baixa, como é conhecida a região do porto, perdeu sua efervescência cultural e comercial.

No começo dos anos 2000, Corumbá foi contemplada pelo Monumenta⁶. A orla do porto geral foi revitalizada, assim como o seu casario na avenida Manuel Cavassa, imponentes construções datadas do pós-Guerra do Paraguai, quando a cidade precisou re-

6 Projeto do Ministério da Cultura financiado por empréstimo do Banco Internacional do Desenvolvimento (BID). Buscou recuperar o patrimônio histórico aliado ao desenvolvimento econômico e social de algumas cidades protegidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

construir os estragos deixados pelo conflito. Na época, as obras receberam influências *art-nouveau*, presença da cultura europeia que aportava junto às mercadorias trazidas pelos navios. O estilo foi adotado nos armazéns; casas construídas no porto geral e em alguns bairros, exibindo uma mistura dele com características arquitetônicas da cultura dos portugueses; palestinos e espanhóis, população imigrante que dominava o comércio naquele tempo.

O conjunto de construções da avenida Manuel Cavassa foi tombado como patrimônio cultural em 1993 e hoje é conhecido como “o casario do porto geral”. Nas impressões de Claudio Bojunga, “é aí onde está a arquitetura mais autêntica da cidade: como de hábito, em nosso país, só a pobreza serve de proteção contra a fôrmica e as pastilhas”.

O porto não recobrou sua efervescência econômica. Nem trouxe novamente tecidos finos e bebidas caras da moda europeia. Mas voltou a ser parte da vida social dos moradores, integrando novamente a parte alta e baixa da cidade. Agora, nos finais de semana sua orla é ocupada por famílias e esportistas que disputam lugar com as mesas de bar, levadas pelos comerciantes do casario para debaixo das copas das mangueiras, como uma extensão do seu estabelecimento comercial. Alguns banhistas se atrevem a nadar nas águas barrentas do rio Paraguai. Igrejas o aproveitam para realizar o batismo dos seus fiéis, acessando de maneira improvisada a região conhecida por “prainha”. Ali, as rodas de samba se formam, lembrando a influência do Rio de Janeiro na cidade. Também competem com o som dos carros que tocam os sertanejos da moda.

Entrepasto comercial

Nas décadas seguintes à decadência econômica, Corumbá precisou encontrar uma nova renda que não fosse o comércio fluvial. Descobriu que a mineração nas morrarias que acompanham parte do cenário da cidade poderia iniciar um novo ciclo econômico com a extração de ferro e manganês do maciço do Urucum, explorado desde 1930. Entendeu os lucros da pecuária e começou a explorar seu solo com a produção de cimento. A época foi marcada por uma maior proximidade com o centro do Brasil, trazendo um pouco da vida paulista que influenciava Campo Grande. Foi assim que Claudio Bojunga encontrou a economia da cidade.

Depois de anos recebendo grandes investimentos de companhias como a *Vale* e projetos do empresário Eike Batista, a mineração no município estagnou, demitindo muitos empregados nos últimos três anos. O comércio também não anda muito bem, dependendo, por ironia, da economia dos bolivianos que fazem compras na cidade.

Corumbá também descobriu as vantagens de estar isolada em um pântano e explora o turismo com o *marketing* de “capital do Pantanal”, reconhecida no texto do jornalista. Foi com ele que o rio Paraguai ganhou outra utilização, além de servir como via de transporte de minério, gado e outras mercadorias. A partir do final da década de 70, o turismo começou a ser explorado por empresas que ofereciam dias de pescarias em barcos hotéis ou passeios para explorar a fauna e a flora das terras alagáveis do Pantanal.

O setor cresceu com a exibição da novela “*Pantanal*”, em 1990, pela Rede Manchete, popularizando a música “*Chalana*”.

*“Lá vai uma chalana
Bem longe se vai
Navegando no remanso
Do rio Paraguai”*⁷

Tida como o tema do Pantanal, foi composta desde um dos casarões do porto geral de Corumbá por Mario Zan, ao ver uma embarcação descer o rio Paraguai, como revelou o jornalista José Hamilton Ribeiro em um programa do *Globo Rural*. Ficou famosa na voz de Almir Sater. A popularidade da novela fez com que diversas “chalanas” passassem a oferecer passeios pelo rio no porto de Corumbá. Uma delas, a embarcação “*Zé Leôncio*”, gerida pelo Casal Dona Lu e Seu Zé, leva o nome do protagonista da novela. Sem grandes incentivos do governo no setor, o porto divide-se em barco hotel para os pescadores e chalanas como as de Dona Lu e seu Zé, que investem no turismo de contemplação – a exploração das paisagens como atividade de lazer. Nos últimos meses, o setor é movimentado por bolivianos.

“Cidade estratégica”

Corumbá foi fundada à margem direita do rio Paraguai, ponto estratégico para a coroa portuguesa defender seu território das inves-

7 Trecho da letra da música *Chalana* de autoria de Mario Zan

tidas espanholas. Originária do povoamento realizado pelo destacamento militar português que chefiava o Forte Coimbra, foi invadida duas vezes. As muretas que bordeiam os limites da parte alta da cidade remetem à construção de um forte. Hoje, a atenção maior parece ser com a fronteira seca que a cidade tem com a Bolívia, onde o fluxo de veículos e de pessoas é intenso. Também dessa fronteira vêm as notícias de apreensão de drogas, roubos de carro e outros crimes, que fazem de Corumbá manchete nos jornais.

A relação dos corumbaenses com os bolivianos é complexa. Nas situações que lhes convém, dão-se as mãos, mas soltam-nas rapidamente quando o choque cultural aparece. Por vezes, alguns muros da cidade amanhecem pichados com frases xenofóbicas. A que mais perdura é a escrita em uma parede da avenida Marechal Rondon, “Muro na fronteira”. Apesar disso, a presença boliviana como vendedores no comércio de Corumbá aumenta. Eles dominam as feiras da cidade e comumente atendem seus clientes em português, idioma que se esforçam para aprender. O corumbaense acredita na similaridade do idioma e costuma usar do *portunhol*. É notável que o interesse de aprender a língua alheia é maior no lado da Bolívia. Casamentos nascem entre os dois países e a população do lado brasileiro não mais parece tão europeizada como no início do século XX.

A fronteira com a Bolívia é descrita por Claudio Bojunga como “caprichosa, às vezes de difícil identificação no terreno” e a

estrada que liga Puerto Suárez⁸ a Corumbá como “maldita, esburacada, empedrada e empoeirada”. Hoje, ela é asfaltada e sem buracos, mas segue empoeirada. Do lado brasileiro, saindo do centro de Corumbá e trafegando por sete quilômetros na rodovia Ramón Gomez, continuação da BR-262, percebe-se que a cidade está expandindo-se em direção à fronteira nos últimos anos.

No final da rodovia, chega-se ao Posto Aduaneiro Esdras, onde a Receita Federal estabelece balizas de fiscalização para os veículos. Na lateral, uma oficina da Polícia Federal (PF) controla a migração no país. Depois do posto, seguindo reto, está a pequena ponte que marca a divisa dos países. Suas laterais são baixas e pintadas de verde, amarelo e vermelho. Metade com a bandeira do Brasil e outra metade com a bandeira da Bolívia. Um córrego assoreado e quase irreparável passa por baixo dela. No meio, um arco alto de metal anuncia “*Bienvenidos a Bolivia*” para quem sai do Brasil. Um pouco antes da ponte, há uma entrada para a estrada do Jacadigo, caminho que corta os assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária (INCRA) que existem ali. Em alguma bifurcação, ela também dá acesso às comunidades rurais bolivianas, formando a fronteira rural entre os países.

Localizada pouco antes da oficina da Polícia Federal, uma estrutura com telhas metálicas cobre os bancos de concreto, servindo

8 Na época da reportagem de Claudio Bojunga, 1976, Puerto Suárez era a primeira cidade boliviana depois da fronteira. Puerto Quijarro era considerado um povoado. Hoje, cresceu e foi elevada a categoria de cidade, tornando-se o primeiro município boliviano depois do Brasil.

de parada final para a linha 102 - Fronteira da Viação Corumbaense⁹. O ônibus liga essa parte com o centro da cidade. O veículo nunca está vazio. Nos seus primeiros horários, leva pessoas que trabalham na Bolívia e turistas fugindo de filas na imigração. Volta com outros trabalhadores, dessa vez os bolivianos com empregos no Brasil. Em todos os horários de pico, as crianças vestidas com uniformes de escolas da rede municipal e estadual de Corumbá misturam o português e o espanhol. São alguns dos cerca de 600 bolivianos em idade escolar que buscam um ensino melhor no Brasil.

O ônibus segue pelo corredor direito do posto Esdras, faz o contorno em U, dá a volta sem cruzar a fronteira e para. Antes de seguir o trajeto de volta para o Centro de Corumbá, o motorista da linha 102 deve parar na barreira da Receita Federal para que um fiscal reviste o ônibus. O veículo tem três portas: a primeira, antes da catraca, é para a entrada e a segunda e a terceira são utilizadas como saída.

Normalmente, durante a tarde, a revista é feita por um senhor de cabelos escorrida e grisalha, de baixa estatura e nariz comprido e adunco. Ele entra pela segunda porta. Caminha firme. As lentes escuras do óculos de sol não deixam ver onde seus olhos se fixam, mas a direção da cabeça indica que ele olha cada um dos passageiros, buscando, sem critério aparente, algo que pareça suspeito. Não sorri. Desce pela terceira porta e libera o ônibus, aparentemente livre de itens ilícitos e pessoas perigosas.

9 Empresa responsável pelo transporte público na cidade.

Em uma dessas revistas, um boliviano reclama com o passageiro do lado.

– Só nesse país. Ao invés de pegar droga pegam roupa. A Bolívia deixa entrar milhares de reais em roupa e não fala nada – diz, fazendo referência aos que cruzam a fronteira para revender roupas no Brasil.

O fluxo de caminhões bolivianos é mais intenso que o de brasileiros. Na oficina da Polícia Federal, os bolivianos também são maioria. Na fila da migração, famílias com malas, caixas e cobertores dizem que estão entrando no país para turismo. Um comerciante de Puerto Quijarro conta diferente.

– Entram falando isso, mas na verdade estão indo trabalhar nas fábricas de roupa em São Paulo.

O saguão da rodoviária, no Centro de Corumbá, também é movimentado. A estrutura é nova e pequena. Filas de cadeiras frias e metálicas conectadas entre si estão dispostas no centro. Nas laterais, dois banheiros, uma lanchonete e o guichê da única companhia que realiza os transportes intermunicipais e estaduais. Não existe concorrência. Durante os finais de semana, a rodoviária fica cheia de bolivianos à espera de ônibus para a capital paulista. Uma jovem, enquanto observa o filho que corre pelo lugar, conta, em um castelhano rápido, que mudou-se da área rural do Oriente boliviano para São Paulo há três anos. Trabalhou por um tempo numa confecção, juntou dinheiro e agora tem a sua própria loja onde emprega outros bolivianos. Volta para a Bolívia algumas vezes no ano para visitar o pai. Considera que sua casa é o Brasil.

Corumbá é cidade quente e úmida, alegre e em câmera lenta, esquecida por e oposta a Campo Grande, acariocada por muitas décadas e abolivianada sob qualquer protesto ou preconceito.

Nas calçadas de Puerto Quijarro

Puerto Quijarro é a outra cidade da fronteira. Contrasta visualmente com Corumbá em quase todos os aspectos. De igual, compartilham apenas a poeira, que tira o negro do asfalto e adensa o ar. As construções são simples e, algumas, sem pintura. O vermelho tijolo soma-se à paleta de cores do local. Um ou dois hotéis recentemente construídos são os prédios mais elaborados do centro e orgulho dos moradores, que os associam ao desenvolvimento da cidade nos últimos anos. As árvores são raras e a sombra é produzida pelas lojas comerciais que estendem seus toldos até os últimos metros da calçada, largas e construídas em diferentes níveis: o dos toldos, o dos degraus, o dos pedestres e o do estacionamento para carros e motos. É nelas que a vida *quijareña* acontece.

Dentro dos estabelecimentos comerciais, só produtos, crianças e gerentes fechando grandes negócios. O resto parece ser expulso para as calçadas. Ali, a veia boliviana saltada para o comércio fica mais evidente. Vendedores negociam cada “*bol*” – como eles apeli-

dam a moeda do país – com seus clientes. Não perdem tempo com conversas sobre amenidades se uma venda não está em questão. Os taxistas oferecem “*taxi, taxi*” a qualquer um que caminhe pelas ruas. Os cambistas fazem igual: “*cambio, cambio. Dólares, reales y bolivianos*”. Todos são potenciais clientes. Todas as oportunidades são aproveitadas.

Mais para dentro do centro, virando à direita no primeiro semáforo da *Ruta Nacional 4 (RN4)*, o comércio de Quijarro é mais movimentado. As quadras são compostas por lojas e galerias comerciais térreas, pequenos labirintos que vendem diferentes tipos de mercadoria. Perto está o outro labirinto comercial muito procurado por sacoleiros que buscam roupas baratas para revender no Brasil. Seguindo mais alguns metros, chega-se a parte mais residencial da cidade, com escolas e praças mais arborizadas. Por ali, passa a linha do trem.

A *Ruta Nacional 4* é a primeira via boliviana depois da fronteira. Ela corta as primeiras quadras do centro comercial de Puerto Quijarro, movimentada por carros e caminhões, poluindo sonoramente o lugar com as buzinas e o barulho dos pneus sendo freados e acelerados no asfalto. Carros estacionam em fila dupla.

A oficina de migração boliviana está na primeira quadra da *ruta*. Quase sempre, a fila que se forma estende-se por alguns metros, contornando a quadra e posicionando-se de acordo com a sombra produzida pelos toldos e pelas poucas árvores da entrada do país. O movimento aumenta de acordo com o fluxo na oficina brasi-

leira de migração e com a chegada dos trens e ônibus que deixam na cidade mochileiros e outros viajantes saindo da Bolívia.

A saltenharia do João

A *ruta* passa na frente da calçada de ladrilhos de cerâmica da loja de saltenhas de João, localizada na segunda quadra da estrada. Do lado de dentro, fotos de comidas, alguns refrigeradores com bebidas e um balcão onde uma funcionária boliviana cuida do caixa. Do lado de fora, cadeiras em volta de duas mesas de plástico cobertas com uma toalha verde protegidas do sol por um toldo. A loja fica no meio da quadra. Das cadeiras, é possível observar a fila da oficina de migração e todo o movimento comercial articulado no quarteirão. Na calçada de ladrilhos, sentado em uma das cadeiras, João empurra a motoca infantil, balançando o filho do cambista, que trabalha ao lado. O bebê e o pai têm o mesmo corte de cabelo: alto em cima e raspado nas laterais, imitando o estilo comum entre jogadores de futebol. João faz piada.

– *¿Salamaleico, que hiciste con el pelo del niño?*

O homem, que parece ter descendência árabe, ri e segue organizando, na pochete preta, cédulas de dinheiro em bolos presos com elástico.

Ele aluga uma das lojas do pequeno centro comercial que João e sua mãe gerenciam ao lado da saltenharia. Fica para fora a maior parte do tempo, buscando clientes. Entra apenas quando a transação cambial é maior. Na mesma calçada, estão outros dois cambistas. Essa é a primeira quadra da região comercial após o posto de fiscali-

zação migratório. Por ali, estão mais de dez cambistas sentados em cadeiras de plástico.

João trabalhou na área durante três anos. Parou no começo do ano, quando um amigo, também cambista, foi assassinado na porta de casa. Os assaltantes acreditavam que ele levava o dinheiro do câmbio do dia na bolsa. Na verdade, voltava da aula de *Jiu-jitsu* e carregava o quimono na mochila. “Mexer com câmbio é perigoso. A pessoa nunca sabe se você tem R\$50,00 ou R\$50 mil”. João explica que, hoje em dia, o câmbio também já não é tão lucrativo como há 10, 20 anos, quando se podia ganhar quase 20 centavos por real vendido. O vizinho cambista conta que negocia com um ou dois centavos de lucro atualmente.

João agora trabalha com a venda de saltenhas, salgado de massa adocicada e recheio de frango ou carne misturado com batatas e molho agridoce. Típico do café da manhã boliviano, acredita-se que chegou ao país pela fronteira com a Argentina, onde era produzido na cidade de Salta. As da lanchonete de João são produzidas por uma empresa de Santa Cruz de la Sierra, que vem até Quijarro para fazer a versão *cruceña* do salgado. Para ele, em Corumbá só um lugar vende uma versão similar da saltenha boliviana. No Brasil, ele é reproduzido com uma massa mais amarelada. Raramente João é visto comendo saltenha. Compra os salgados que alguns brasileiros passam vendendo no final da manhã ou começo da tarde neste lado da calçada. Eles descem no ponto final da linha de ônibus 102, cruzam a fronteira com suas caixas e garrafas térmicas de plástico cheias com quibe, suco de caju, café e mousse. Nem chegam no final

da quadra, e os recipientes já estão vazios. Os comerciantes bolivianos são seus fregueses.

João tem 28 anos. Sua estatura é mediana. Às vezes vai trabalhar vestido com uma camiseta do Corinthians, seu time de futebol. As bochechas cheias fazem um semblante infantil com o cabelo castanho claro liso, que escorre na testa formando uma franja. É filho de mãe boliviana e pai brasileiro. Estudou em colégios de Corumbá e toda sua vida social acontece por lá, apesar de morar em Quijarro, no fundo da saltenharia. Por ali, tem amizade e mantém boas relações com as pessoas que alugam os espaços comerciais de sua mãe. “A gente já conhece há mais tempo”. Fora eles, diz que dificilmente se relaciona com os comerciantes bolivianos “a gente nunca sabe com o que eles estão envolvidos”. Passa parte do tempo, conversando com o cambista vizinho, trocando provações e estratégias para ganhar dinheiro nas apostas *online* que fazem sobre os resultados dos jogos de futebol da liga europeia. De horas em horas, uma senhora entrega para João um caneco grande com o símbolo e um *shake* da *Herbalife*. Ela dirige um espaço saúde da marca em uma sala alugada no centro comercial ao lado da saltenharia. No local, um pôster grande pendurado na parede com uma foto antiga mostra que a senhora, antes dos *shakes*, pesava algumas dezenas de quilos a mais do que pesa hoje. João diz que toma a bebida mais para ganhar energia e refrescar o corpo do calor de Quijarro. Ajuda a mãe com os negócios da família desde pequeno, quando cobrava a entrada de quem frequentava a boate que funcionava nos fundos do centro comercial vizinho à saltenharia.

Nas mãos de uma mulher

A mãe aparece às vezes para supervisionar ou ver se o filho abriu a loja no horário certo. “Quando ela vê que eu demorei pra abrir ela me diz ‘já tá com a vida ganha? Não tem mais que trabalhar?’”. Enérgica e direta, nas visitas, troca poucas palavras com o filho e vai embora. Esse é um dos poucos momentos em que João deixa de lado a personalidade brincalhona e leve. Responde enérgico e direto, como a mãe, em um castelhano rápido quando falam de negócios. A mãe vem de Vallegrande, cidade próxima a Santa Cruz de la Sierra e onde Che Guevara foi morto pelo exército boliviano: “um tio meu conta que viu o corpo do Che ser carregado”, diz João.

A mãe, depois de se separar do marido, decidiu recusar a ajuda da família e ficar em Quijarro: “meu avô tinha negócios aqui, mas a ideia era voltar para Santa Cruz. Quando aconteceu a separação, ele disse pra mãe: ‘minha filha, vamos que lá você tem paz e irmãos que te fazem respeitar’. Ela disse que se faria respeitar por ela mesma”. Apesar da configuração machista e do poder físico do homem na sociedade boliviana, a prosperidade familiar e dos negócios parece ser conquistada boa parte pela figur feminina. “A Bolívia é um país muito machista, mas, ainda assim, quem leva a família pra frente é a mulher. O sucesso da família depende não só do trabalho do marido, mas principalmente de como ela administra as coisas”. São elas que estão à frente de quase todos os comércios em Quijarro. Deixam um olho nas crianças dentro das lojas e o outro no cliente. Não jogam conversa fora em horário de trabalho. Não estão nas

rodas de homens sentados à sombra. São ágeis e, seu tempo, bem ocupado. A conhecida “força boliviana” parece vir dali.

A presença feminina liderando o comércio boliviano aparece também nas feiras tradicionais de Corumbá, onde assumem a negociação com os clientes. Todos os dias da semana, algum bairro recebe os feirantes da Associação Dois de Maio. A origem dessas feiras vem de 40 anos atrás, quando mercadorias carregadas pelos vagões dos trens que chegavam a Quijarro eram descarregadas e vendidas na cidade brasileira por bolivianos que não encontravam mercado na fronteira pouco movimentada na época. Colorida, tumultuada e abafada pelas lonas azuis que cobrem cada posto, a feira de domingo ocupa seis quadras da rua Ladário, no Centro corumbaense. Os bares da região abrem cedo. Os donos colocam as mesas amarelas de plástico na calçada e samba para tocar nos aparelhos de som. De algum deles, Roberto Carlos canta que está com saudades de Amélia, àquela que era mulher de verdade. A música se confunde com o sertanejo tocado pelas barracas que vendem eletrônicos. A feira cheira a coentro fresco e pastel frito.

A edição de domingo é conhecida por ser a maior do estado e a mais diversa em produtos. São quase 300 postos vendendo frutas, verduras, carnes, eletrônicos, produtos de limpeza, brinquedos, móveis, comidas típicas e roupas. Não existe uma divisão estabelecida, mas informalmente os setores hortifrutigranjeiros e o de comidas típicas (pastel, caldo de cana, saltenha e tapioca) se concentram na região central. Nas extremidades, estão os eletrônicos e os “montes”, expressão usada para nomear as barracas que vendem roupas usadas

em pequenas montanhas separadas por preço – R\$5,00; R\$10,00 ou R\$15,00. É comum entre os corumbaenses o costume de “ir comprar roupa no monte”, sinônimo de peças baratas e de relativa qualidade. Atrás das bancadas, estão bolivianas negociando em português. São elas as donas dos montes, compostos por itens normalmente doados pelo Exército da Salvação e revendidos na feira. Ali, as comerciantes parecem estar mais relaxadas que nas lojas de Puerto Quijarro. Riem com as clientes que provam as peças por cima da roupa que levam no corpo e das que reclamam que o “monte” já foi muito mais barato

– Agora vocês sabem que a gente vem tudo comprar aqui e aumentam o preço.

Estão mais abertas para conversar.

Comércio de fronteira

Os bolivianos dominam a feira. São responsáveis por muito mais que a metade das barracas. Nas primeiras horas da madrugada de domingo, há carros bolivianos entrando na cidade. Estão carregados de mercadorias e estruturas para montar os postos. A presença masculina é grande nesse momento, que, auxiliada pelas mulheres, descarrega os veículos e levanta lonas e bancadas de ferro e madeira. Nas horas de feira, eles cuidam dos filhos que circulam pela rua.

Adela, boliviana de Puerto Quijarro, trabalha há 25 anos ali. Começou junto com a mãe na época em que a maioria dos bolivianos vendia seus produtos no chão. Hoje, comercializa grãos, ver-

duras e legumes. Tudo sem “esse veneno químico que os brasileiros colocam nas frutas”, segundo ela. É uma das primeiras a chegar à rua Ladário para que seu caminhão possa ser descarregado com tranquilidade. O homem, ao lado, ajuda a organizar os pacotes de feijão na bancada. Ela conversa com o chefe da Associação. Quer saber por que o grupo de feirantes que desfilou no aniversário de Corumbá foi tão pequeno. Adela é como a mãe de João, direta e enérgica. Fala mais quando o assunto é negócio e responde pouco quando a pergunta é pessoal. Explica que os feirantes brasileiros costumam ficar bravos com os bolivianos, que vendem os produtos a um preço muito mais abaixo do deles. Ainda com a alta das mercadorias, compradas no Brasil ou na Bolívia, conta que “sempre dá pra fazer mais barato”.

A maioria dos seus produtos é trazida da Bolívia. Assim como muitos das outras barracas da feira. Lucidio Morel, feirante e chefe da Associação Dois de Maio, explica que parte dos produtos trazidos da Bolívia não possui nota fiscal. Sem o documento e impostos tributários, podem oferecer um preço menor do que o praticado pelos que compram seus produtos no país já com pagamento dos encargos. Esse é um dos problemas que a organização da feira está buscando resolver para manter as relações mais justas e dentro da legalidade: “às vezes a fiscalização bate e leva todo mundo que não tem nota fiscal”, conta.

Os feirantes com nota fiscal, ainda assim, conseguem vender as mercadorias com um preço significativamente menor que o das barracas brasileiras. Eles seguem a lógica boliviana explicada por João: lucram pouco, mas vendem muito. Em Corumbá, são os primeiros

comerciantes que abrem e os últimos que fecham. Nos feriados, as lojas abertas, muito provavelmente são as deles. Ganham na quantidade de produtos vendidos e horas trabalhadas. “A cultura deles é trabalho”, conta João.

“Taxi, taxi”

Os brasileiros também perdem na concorrência com os taxistas bolivianos. Beneficiados pelo baixo preço da gasolina, que custa cerca de R\$2,00 no país, eles são a preferência de quem transita pela fronteira. Apesar de ser uma prática ilegal o transporte internacional de passageiros em táxis para o Brasil, os motoristas bolivianos costumam entrar e sair da Bolívia com os carros lotados. Normalmente, levam pessoas de Quijarro até a rodoviária de Corumbá por cerca de R\$30,00. Na hora de passar pelo posto da Receita Federal, orientam os passageiros a esconder as mochilas e fingir o uso do cinto de segurança. Taxistas bolivianos e brasileiros, fiscais da Receita Federal e passageiros sabem da atividade. Algumas vezes por dia, os fiscais param carros bolivianos. Voltando de Corumbá, eles passam em um dos pontos da linha de ônibus 102, na rua Dom Aquino, e oferecem a corrida até Quijarro a R\$5,00 por passageiro. A passagem de ônibus custa R\$3,50.

No ponto que fica perto da parada final da linha 102 na fronteira, os taxistas brasileiros cobram cerca de R\$50,00 para levar um passageiro até a rodoviária da cidade. Normalmente, o taxímetro não é ligado, prática ilegal no país. Eles argumentam que com ou sem taxímetro, a corrida sairia por esse preço mesmo, então nem se

dão ao trabalho de usar o medidor. A relação entre eles e os bolivianos não é das melhores. Um deles conta que “direto sopra um tapa na orelha de algum boliviano”. Os brasileiros não fazem corrida para dentro de Quijarro. Sabem que não passam com passageiros pelo controle na entrada do país. Entram às vezes para comprar gasolina nos postos bolivianos, que tem a política de vender o combustível a um preço mais caro para os brasileiros.

Apesar dos desentendimentos, o ponto de táxi boliviano clandestino que fica em frente à lanchonete azul, um dos poucos comércios no lado brasileiro da fronteira, parece não incomodar os taxistas brasileiros: “eles pegam os passageiros que chegam nos ônibus de São Paulo e levam pra Quijarro. Nós pegamos os que vão pra Corumbá”. Ali ninguém rouba corrida de ninguém.

A cidade que você vê

Puerto Quijarro engana na aparência. Não mostra querer tirar a impressão e o pré-conceito de “lugar pobre”. Quando pergunto a João se ele acha que Quijarro é uma cidade precária ele ri: “isso aqui é tudo, menos pobre. O trabalhador humilde que você vê nesses comércios, quando termina o dia, fecha a loja e sai com uma *Hilux*”. A questão trabalho determina e separa. O boliviano não parece estar tão preocupado com o preconceito gerado pela rivalidade brasileiro x boliviano. Chegam no Brasil, fazem seu trabalho e aproveitam as vantagens sociais e econômicas de estar em uma condição geográfica de fronteira. Mas dentro da Bolívia, a separação, ainda que sem limite territorial, entre *cambas* e *collas* assume uma importância maior

e relevante para eles. A Bolívia está geopoliticamente dividida em Oriente e Ocidente – similar à divisão brasileira em Norte, Sul, Centro-Oeste, Sudeste e Nordeste. A região do Oriente é composta pelos departamentos¹ de Santa Cruz, Beni, Tarija e Pando. Os que nascem ali são chamados de *cambas*. O Ocidente é formado pelos departamentos de La Paz; Oruro; Posotí; Chuquisaca e Cochabamba, territórios dos *colhas*. A rivalidade é um problema histórico. Muito mais que uma guerra política entre os que defendem (Ocidente) e repudiam (Oriente) a política do presidente Evo Morales ou um choque econômico entre uma elite autodenominada cosmopolita e próspera (Oriente) contra a parte mais “pobre” do país (Ocidente). Uma vez, um comerciante de Puerto Quijarro me definiu de maneira simplória que o *camba* é o descendente europeu, de traços brancos, e o *colha*, os nativos de traços indígenas associados às mulheres bolivianas que usam saias coloridas e longas tranças, as *cholas*. “Um trabalha mais o outro é mais inteligente”.

Por vezes, em conversas, me relataram o preconceito entre os dois grupos. Às vezes de forma clara, como na ocasião em que um brasileiro, estudante de medicina em Santa Cruz de la Sierra, contou que na capital existem lugares que, definitivamente, *colhas* não frequentam por serem redutos de *cambas* e vice-versa. Em outras, o preconceito vinha disfarçado como na fala do mesmo estudante: “realmente, os *colhas* não possuem uma cultura da higiene. Mas são

1 Na Bolívia, os departamentos são as divisões subnacionais que organizam o território do Estado. O nível seria: País > departamentos. Equivalem a separação brasileira em estados.

os que mais trabalham por lá”. Entre os bolivianos, o discurso é o mesmo: “*colhas* de merda não trabalham aqui comigo” ou “os *cambas* lá de Santa Cruz”.

Existe, há décadas no país, um movimento separatista encaixado, atualmente, pela “*Nación Camba*” que busca separar os departamentos do leste do resto da Bolívia, por se julgar explorada pela parte mais pobre (Ocidente). Eles argumentam que a porção oriental sempre foi esquecida pelo governo quando era a região menos desenvolvida do país e que, só após o processo intenso de colonização e crescimento econômico da região em 1980, lembrou-se dos departamentos. Hoje em dia, o território é responsável, especialmente o departamento de Santa Cruz, pelos melhores indicadores sociais bolivianos e são caracteristicamente latifundiários.

Puerto Quijarro pertence ao departamento de Santa Cruz (Oriente), mas é uma mescla dos dois grupos que encontraram na expansão que a cidade passou desde a década de 90 – com a promessa da construção do gasoduto Brasil-Bolívia em 1997 – uma oportunidade para prosperar em um território pouco explorado comercialmente. A divisão social entre *colhas* e *cambas* parece ser um pouco mais amena. Ali, o lado boliviano da fronteira fervilha. A vida pulsa diferente em comparação à Corumbá. Se a fronteira fosse demarcada por uma parede de vidro, a força e o ritmo boliviano já haveria quebrado a barreira há muito tempo.





Fronteira rural



Cosme e Damião abençoam a fronteira

O sol do meio dia castigava. A poeira da estrada branca grudava na pele. Aquela é a última via do Brasil que leva á última porção de terra daquela parte da borda do país. Maria saiu da sua casa, caminhou alguns metros e entrou na estrada para compor o cenário opaco e abafado, características daquele verão. Não se deu conta de que em poucos passos deixou a Bolívia e entrou no Brasil, a fronteira era muito imaginária e a ação já era cotidiana. Estava apressada e se ocupava em ajeitar o pano que cobria o filho recém-nascido, acomodado gentilmente em seus braços. Na correria para sair de casa, não conseguiu pensar em solução melhor para protegê-lo do sol que parecia querer acompanhar cada passo que dava. O filho, que era só pele e osso, seguia com aquele aspecto molenga, seguia chorando aquele choro que, para Maria, parecia interminável.

Não sabia precisar direito, mas nas últimas semanas, acordava cedo com o berreiro diário e quase perene do menino que, desde o nascimento, não encorpava e nem ganhava peso. Brasileiro ou boliviano, médico nenhum conseguiu diagnosticar o motivo do choro e a moleza do corpo da criança. Os remédios também não adiantaram. Até que uma vizinha lá do outro lado, das terras brasileiras, olhou para o bebê e com confiança decretou:

– Sabe de uma coisa, dona? Seu guri não é coisa pra médico não. Isso aí é quebranto. Quebranto forte, desses que pega na carne e mata a gente.

A senhora brasileira orientou Maria a fazer uma promessa a São Cosme e Damião. Maria, filha de pais bolivianos católicos, criada e criada na Bolívia não conhecia bem os santos que o país da frente da sua casa costumava celebrar.

Mas fez a promessa.

E não cumpriu.

A criança melhorou nos dias seguintes à promessa, mas não demorou muito a adoecer novamente. Ele chorava e Maria chorava com ele.

Aflita com o choro do filho e desesperada para ver o corpo do menino tomar forma e força, deixou os serviços domésticos pela metade naquela manhã, como vinha fazendo com todas as outras tarefas desde que a criança adoeceu. Decidiu sair em busca do curandeiro que morava em um dos assentamentos brasileiros vizinho à sua casa.

O sol não era solidário com a causa de Maria e, como que para iluminar o calvário da mulher, seguia a pino, esturricando o que pas-

sasse pela estrada branca ladeada por árvores de troncos retorcidos que, apesar de cinza, terminavam em uma folhagem viva verde esmeralda, indiferente aos raios solares. Ela continuava concentrada em proteger o rosto do seu bebê da poeira e do calor e em vencer os últimos quilômetros até o local onde o curandeiro atendia. Quando a distância finalmente encurtou, Maria avistou o curandeiro que chegava.

– Eu sabia que estava pra vir gente. Um anjo me avisou – disse o homem e emendou – Eu já sei o que tem o seu filho.

O curandeiro tirou a camisa e jogou sobre o menino:

– Me dá ele aqui.

Tomou a criança dos braços de Maria e começou a rezar baixinho segurando-o verticalmente num aperto forte contra o seu peito enquanto Maria contava o que vinha passando com o filho, das suas rezas para a nossa senhora do Carmo e a promessa não cumprida a São Cosme e Damião. O diagnóstico foi o mesmo da vizinha brasileira:

– Seu menino tem um quebranto forte na carne. A senhora vai voltar aqui nos próximos dois dias. Sempre ao meio-dia e meia, conforme o horário da sua chegada hoje – terminou a reza e aninhou a criança, agora na horizontal.

Maria sentia as pernas doídas do caminho até ali e pensou no tanto que teria que andar, mas sabia que estaria ali pontualmente às 12h30 nos próximos dois dias. O curandeiro seguiu:

– Você fez uma promessa, minha senhora. E precisa cumprir, senão uma hora vai perder o seu menino.

Doce para criança, promessa para adulto

O movimento de crianças pela comunidade boliviana indica que a primeira casa da vizinhança a celebrar Cosme e Damião está terminando a distribuição dos doces. A casa de Maria Ribeiro, 48 anos, é a próxima. Mas ela sai tranquila do banheiro dos fundos de sua casa. O cabelo escuro e molhado está preso em um rabo de cavalo. Algumas gotas respingam na regata preta, estampada com a pergunta: “*How Are You?*” e, logo abaixo, alguns *emoticons* como opção de resposta para quem olha a peça de roupa. Maria está em dia com a promessa feita 25 anos atrás a Cosme e Damião. Não há em sua regata *emoticon* correspondente a esse sentimento.

Os preparativos para a festa deste ano estão adiantados. Perto das 14h, os pacotes de papel branco estampado com a imagem dos santos já estão recheados de paçoca, balas, pirulitos e sacos de pipoca doce. A varanda dos fundos foi preparada para receber os convidados. Três cadeiras verdes de plástico e dois bancos grandes de madeira reaproveitada contornam o espaço, dispostos no limite da sombra produzida pelo telhado. Uma mesa fazem conjunto com os bancos e está encostada nos pilares de madeira que marcam a área. O excesso de poeira foi varrido do chão de terra batida. A porta da cozinha, que dá para a varanda, está aberta. Olhando de fora, é possível ver alguns poucos móveis e os pacotes com doce empilhados em um balcão. O piso da casa é o que os vizinhos brasileiros chamam de “vermelhão” – cimento queimado e pintado de vermelho, comum em casas da zona rural.

A família de Maria, recrutada para ajudar na celebração e na distribuição da comida, aos poucos chega na varanda, vinda das outras casas espalhadas pelo seu lote. No mesmo terreno, a menos de dez metros está a casa da mãe, também de tijolos, ao fundo, um galpão de madeira. O irmão vive na casa de madeira contígua à de Maria. Ao lado, dois banheiros e uma choupana que serve de lavanderia. Nenhuma das construções é pintada. No quintal, cachorro e galinhas, muitas árvores, varais e um carro com placa boliviana e adesivo do *Shopping China*.

Ela passa pela imagem dos santos colocada no altar improvisado em uma pequena mesa de madeira recostada na parede da varanda. A mesma imagem que o marido Joaquim trouxe de Corumbá, encomendada por Maria logo ao chegar da casa do curandeiro naquela tarde escaldante de 1992. Desde então, convida as famílias da comunidade a cada 27 de setembro e distribui doces, como forma de agradecer a cura do filho.

Aclamados em várias religiões do mundo, os devotos reconhecem Cosme e Damião como protetores dos médicos, farmacêuticos, animais, gêmeos e crianças. Sua história e tradições se confundem com lenda, fatos históricos e crenças religiosas. Sabe-se que foram dois irmãos vindos de uma família abastada, oriunda da região da Ásia Menor. Ficaram conhecidos por exercerem a medicina sem cobrar pelas consultas, mantendo-se fiéis à crença missioneira inculcada neles através dos ensinamentos maternos sobre a fé. Contemporâneos da perseguição católica ocorrida durante o Império romano, acredita-se que foram torturados e degolados pelo exército

do imperador Deocleciano, por volta do ano 300 d.C.. Canonizados pela Igreja Católica Apostólica Romana no ano 630, foram celebrados pelos fiéis dessa religião no dia 27 de setembro até a reforma litúrgica do Calendário Romano, que, na década de 60, passou a considerar o dia 26 do mesmo mês como o dia dos santos.

O culto aos irmãos chegou ao Brasil com os colonizadores portugueses. Os santos são católicos, mas a tradição de distribuir comidas e doces no dia 27 de setembro se deve às religiões afro-brasileiras que sincretizaram Cosme e Damião na época da escravidão, associando-os às entidades às quais são ofertados alimentos em sinal de sacrifício. No país, as festividades se misturam e nem sempre estão ligadas ao sagrado, sendo relacionadas com um momento de oferta do que se tem em agradecimento ao que se recebeu.

A família de Maria é uma das 30 integrantes da comunidade agrícola boliviana El Carmen de la Frontera ou Carmo da Fronteira como é conhecida pelos brasileiros. Localizada na zona rural de Puerto Quijarro, faz divisa com o Brasil. Construídas em madeira e protegidas por telhas e palha de palmeira acuri, árvore característica da região, as casas são próximas entre si e quase todos os lotes estão distribuídos ao redor de um núcleo comunitário. O núcleo possui igreja, uma pequena construção de alvenaria que serve de escola, campo de futebol, posto de saúde, galpão para festas e um posto militar que faz controle do fluxo migratório neste lado da Bolívia. A paisagem é bucólica e contornada por pequenos morros. Pedacos de troncos de árvores servem de estacas que, unidas por fios de arame retorcido, formam as cercas que delimitam os terrenos e as ruas. Na

entrada principal, uma cruz indica a presença do catolicismo e um monolito de concreto sinaliza que as terras bolivianas começam ali.

Legalmente, para entrar no Carmo da Fronteira é preciso vir pelo caminho que liga a comunidade a Puerto Quijarro e Puerto Suárez, mas sua péssima condição dobra o tempo do trajeto. Assim, para acessar mais facilmente o local, os moradores utilizam a estrada do Jacadigo, via brasileira conhecida informalmente entre eles como a estrada branca pela cor do solo e da poeira. Como o conceito de fronteira e limite territorial é algo muito mais cartográfico que prático, no dia a dia, bolivianos e brasileiros que vivem por ali enxergam a estrada do Jacadigo como via de acesso e não como barreira. O caminho, há alguns anos, foi usado como rota de escoamento de droga em alternativa à fiscalização do posto Esdras da Receita Federal no Brasil. Apesar dos postos militares em cada limite dos países, os bolivianos que vivem ali incorporaram a estrada branca na praticidade das suas vidas.

É ela que liga a zona urbana à zona rural do sudoeste de Corumbá. É o último caminho para o Brasil antes de chegar na pequena ponte que separa o país da Bolívia. Quem passa pela fronteira, muito provavelmente não repara na entrada, que fica após o posto de fiscalização Esdras, virando à esquerda no sentido de quem está indo para a Bolívia. Nenhuma sinalização indica que ali é a via de acesso aos assentamentos brasileiros Tamarineiro I, Tamarineiro II, Paiolzinho e à comunidade agrícola familiar do Jacadigo. A estrada é o que separa fisicamente o Carmo da Fronteira de alguns desses assentamentos. De resto, o espaço e a vida social se confundem.

Esse caminho de chão é a mesma estrada branca pela qual Maria andou naquele meio-dia de 1992.

Joaquim estoura um rojão às 14h. O sinal é tradicional para avisar às crianças que àquela casa irá iniciar a celebração com distribuição de doces. Da varanda, é possível ver crianças correndo por uma das vias de acesso ao quintal da casa de Maria. Pela convivência em comunidade, essas ruas funcionam mais como trilhas para interligar o quintal de um vizinho ao outro. O senso de propriedade existe ali, mas convive bem com a necessidade de ir e vir, mesmo que para isso seja necessário atravessar o terreno alheio.

Em cinco minutos, cerca de 50 pessoas, crianças e adultos, enchem a varanda e o quintal de Maria. São moradores do Carmo vindos da primeira casa que celebrou os santos na comunidade. Eles estão com suas bolsas e sacolas cheias de doce. Quatro famílias da vizinhança abriram suas portas e ofereceram a festa para Cosme e Damião. Naquela tarde, a casa de Maria será a segunda, seguida da de dona Rita. A quarta casa celebrará a festa no dia 12 de outubro, dia das crianças e data em que algumas pessoas também distribuem doces em reverência aos santos. Essa família postergou a comemoração por falta de dinheiro. Os anfitriões são responsáveis por custear a festa.

Uma amiga de Maria chama, em português, todas as crianças para prostrarem-se em volta do altar improvisado. Cosme e Damião estão acomodados sobre uma toalha quadriculada azul e branca, acompanhados de um prato com um pacote de pipoca e pirulitos dispostos ao lado de um terço e uma vela. A imagem apresenta ainda

uma terceira criança entre os santos, uma característica das representações da Umbanda e do Candomblé – diferente das estátuas da Igreja Católica que trazem apenas os dois irmãos. Inicia a celebração da tradição afro-brasileira, rezada por uma família boliviana católica aos pés da imagem dos santos, usada na Umbanda e no Candomblé.

Silêncio.

A amiga agradece ao casal Maria e Joaquim por, mais uma vez, ofertarem tão linda festa em devoção aos santos, amor às crianças e compromisso com sua promessa. Inicia um *padre nuestro*. Apesar da maioria das conversas ser em português, interrompido algumas vezes por um verbo em espanhol, a liturgia da celebração é toda no idioma boliviano.

O castelhano é falado entre os moradores do Carmo em algumas situações diárias para manter a tradição do idioma, mas quando questionados sobre qual seria a língua materna, respondem que o português e o espanhol sempre foram mesclados. A proximidade com o país e a necessidade de trabalhar para patrões brasileiros, incentivaram os moradores do Carmo a aprender e ensinar português para seus filhos e filhas. Transitam pelos dois idiomas com a mesma facilidade que mudam do seu país de nascimento para o país vizinho.

Alterando o referencial e mantendo a mesma distância, os corumbaenses não demonstram o mesmo interesse em aprender o castelhano, preferindo utilizar-se do portunhol e da facilidade de compreender as falas no outro idioma. Parece que os bolívia-

nos fazem mais uso da condição de fronteira do que os brasileiros, desenvolvendo suas vidas escolares e profissionais em Corumbá. No Carmo da Fronteira, parte dos habitantes possuem documentos brasileiros. A maioria das crianças em idade escolar que prestigiaram a festa na casa de Maria vestiam uniformes das escolas públicas e estaduais de Corumbá. Os adultos trabalham no município brasileiro e, alguns, moram por lá durante a semana. Retornam ao Carmo apenas no sábado e domingo pela distância e dificuldade de transporte coletivo. A maioria das relações comerciais também se dá em Corumbá, com exceção de *commodities* como o gás de cozinha e combustível, notavelmente mais barato no lado boliviano. A facilidade do comércio de importados na Bolívia também é bem aproveitada quando surge alguma necessidade.

Apesar de a comunidade ter em seu centro social um “Posta de salud” como indica uma construção, não possuem atendimento diário no local. Recorrem, assim, ao atendimento no posto de saúde dos assentamentos brasileiros, que também não possuem médico diário, e ao de Puerto Quijarro. Mas, com maior frequência, as emergências e hospitais para atendimentos especializados na rede pública de Corumbá.

A utilização dos serviços básicos brasileiros por bolivianos é uma das grandes reclamações dos corumbaenses quando questionados sobre o lado ruim da proximidade com o país vizinho. Eles argumentam que os serviços já não são suprem nem a necessidade da população brasileira. Corumbá, em 2010, possuía 103.703 habitantes segundo o senso do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE). Pela cidade, costuma-se dizer que, na verdade, são 150 mil moradores – os corumbaenses mais os bolivianos da fronteira.

Recentemente, Maria e sua família deram entrada nos papéis do programa Minha Casa Minha Vida¹, em Corumbá. Com complicações em sua saúde e episódios em que precisou recorrer às emergências dos hospitais brasileiros no ano passado, a família decidiu que, se a oportunidade surgir, estudará mudar-se para o Brasil, ficando mais perto do atendimento médico. A única vez em que Maria deixou o Carmo da Fronteira para morar em Corumbá foi quando um dos seus quatro filhos foi selecionado para prestar serviço militar obrigatório. Durante o período, mudou-se com o menino para auxiliá-lo em casa. Desses tempos, recorda das facilidades de viver na cidade, mas também das despesas de aluguel, água, luz e mercado que, ali no Carmo, não pesam tanto no orçamento da família. “Aqui a água é salobra, mas nunca me fez mal. Não precisamos pagar aluguel e a terra é minha” diz Maria. A família, assim como muitas outras da comunidade, recebe um auxílio de R\$125,00 do programa Bolsa Família² – atualmente um botijão de gás em Corumbá custa cerca de R\$75,00.

1 O programa foi criado pelo Governo em 2009, durante o segundo mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. É uma ação habitacional com o objetivo de dar acesso à casa própria aos brasileiros de baixa renda nas zonas urbana e rural.

2 Programa de transferência de renda destinado para famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza. Foi criado pelo Governo em 2003, no primeiro mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, inspirado pelo programa Bolsa Escola.

O burburinho das crianças volta assim que o amém é dito. Joaquim pede que se forme uma fila e, ajudado pelo neto de 11 anos, começa a distribuir os pacotes com doces. Retira um por um de uma caixa de isopor e entrega a cada criança que sorri e agradece. Ele se mantém impassível, não é de sorrir. Dentro de casa, um dos filhos de Maria repõe com novos pacotes uma segunda caixa de isopor revezada com a outra que se esvazia rapidamente. As mulheres e os idosos são chamados para formar fila assim que cada criança recebe seu presente. Sobra até para os homens e outra vez para as crianças, que são convidadas a formar fila novamente. A tradição é oferecer doces às crianças, mas a cultura boliviana prega que a fartura precisa chegar a cada uma das visitas da casa.

O filho que Maria protegeu do sol naquele meio-dia de 1992 está sadio distribuindo aos convidados refresco com uma jarra grande de plástico para lavar um pouco do açúcar dos doces. Entregue o último pacote, os anfitriões juntam-se às pequenas rodas de conversa que se formaram enquanto cada convidado aproveita do presente recebido. Maria está com Nelson, um conhecido de infância, e sua esposa. Eles são a terceira geração de moradores do Carmo, netos dos pioneiros que habitaram o local. O papo é sobre a mãe de Maria, que, enferma, não compareceu à festa, e a tia de Nelson, octogenária, uma das filhas dos pioneiros da comunidade. A conversa, como sempre, termina nas histórias que seus parentes contavam sobre o tempo em que Carmo era só mato.

Os relatos dos moradores se confundem na ordem cronológica e na coerência dos fatos. Quando questionado sobre a idade da co-

munidade, Nelson diz que o Carmo é contemporâneo de Corumbá, que este ano completou 239 anos, mas se contradiz ao concordar com o comentário feito por Maria de que o local teria aproximadamente 100 anos.

Vania de Oliveira Sabatel relata em sua dissertação para o Programa de Mestrado em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) que a comunidade comemorou 107 anos em 2012, tendo atualmente 112 anos. Sua pesquisa estudou a relação entre as comunidades rurais na fronteira Brasil-Bolívia. Baseia parte dos seus dados sobre a história do Carmo em entrevistas feitas com alguns pioneiros, ainda vivos há época, e suas famílias. A mestre relatou que a história contada pelos moradores sobre a fundação da comunidade nem sempre combinava com a sucessão dos acontecimentos.

De fato, ali na roda de conversa que se instaurou na varanda de Maria os moradores não conseguiram precisar a data de fundação do local, mas concordaram que os pioneiros viram passar por ali o destacamento boliviano que lutou na Guerra do Chaco (1932 - 1935) e que, apesar de serem “do tempo da guerra”, como comenta Nelson, já moravam ali antes do conflito.

Vania Sabatel sustenta a mesma tese de que os pioneiros na verdade eram soldados campesinos que se estabeleceram ali para resguardar a fronteira. Os militares da Guerra do Chaco, que só aconteceria cerca de 25 anos após a chegada dos primeiros moradores, teriam decididos juntarem-se à comunidade após o final do conflito.

Os soldados campesinos, quando chegaram, se estabeleceram a poucos metros da fronteira com o Brasil, onde a maior parte das terras era do Grupo Chamma, detentor de uma siderúrgica instalada no local. As ações para a reforma agrária brasileira ainda não existiam naquela época. A maior parte das terras que hoje formam os assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) eram as da Fazenda Tamarineiro e da Fazenda Taquaral, pertencentes ao Chamma. A empresa empregava bolivianos e brasileiros, muitos trazidos do nordeste pelos próprios patrões. Por estarem distantes de Puerto Quijarro, que na época não tinha o desenvolvimento que possui hoje, as pessoas do Carmo estabeleceram relações com os trabalhadores e moradores da comunidade brasileira conformada nas terras do Grupo Chamma. Casaram-se entre eles, compartilharam costumes e formaram sua própria cultura, possibilitada pelo isolamento dessas áreas rurais do resto dos seus países.

Sentado em um dos bancos de madeira dispostos na lateral da varanda, Nelson balança os pés que não tocam o chão. Remexe os polegares das mãos cruzadas sobre o colo. Conta histórias da vó que viveu a Guerra do Chaco.

– A vó contava que aqui era tudo virado no mato. O Carmo não era assim, vistoso como tá agora, né Maria? – sorri um sorriso branco que se destaca no seu rosto negro. Espera a confirmação de Maria.

– Hoje o Carmo tá ajeitado – Maria confirma sem tirar os olhos das embalagens de doce que colorem o chão da varanda.

– Na época da vó, eles precisavam caminhar abrindo picada no matagal para chegar até Corumbá se quisessem comprar mantimen-

tos. A vó morria de medo de encontrar com alguma tropa. Boliviana ou não, eles iam sentar o dedo nos moradores.

O sotaque nordestino não entrega, mas Nelson é filho de mãe boliviana. O pai era um dos nordestinos contratados pela siderúrgica do Grupo Chamma. Sobrinho de tio combatente da Guerra do Chaco, comenta saudoso com Maria:

– Gostava de conversar com esse pessoal antigo pra saber como foi o fundamento daqui. Agora uns já morreram, outros tão doentes como titia e sua mãe, né Maria.

Aos poucos, as visitas vão se encaminhando para a próxima casa pagadora de promessa. Quando o próximo rojão é estourado, só restam na varanda, Maria, uma amiga e seu marido Joaquim, sentado no degrau da porta, ao lado do altar.

Joaquim escutou a conversa impassível, como esteve quase toda a tarde. Está recostado na parede de alvenaria da casa nova, um dos 12 imóveis construídos pelo governo boliviano e sorteados entre as famílias do Carmo, evidência rara do cuidado do governo com a comunidade. De dentro da casa, vem o som de um aparelho de TV, ligado após o final da festa. A voz do locutor esportivo da *Globo* narra um gol de Neymar para o *Paris Saint-Germain* na partida contra o *Bayern de Munique* na *Champions League*.

Joaquim deixa de prestar atenção por um momento na esposa. Comenta, aos gritos, algo com o filho abençoado, que assiste à partida dentro de casa. Anima-se e escuta o comentário do locutor que se questiona se esse será o fim da má fase de Neymar, que, após trocar o *Barcelona*, ainda não havia se entrosado com o novo time.

No Carmo, o gosto pelo futebol é presente. Organizam, no campo da comunidade, partidas de futebol com times dos assentamentos do Brasil.

A transmissão é brasileira, a pergunta é feita em português, a família é nascida em terras bolivianas. Ali no Carmo, a fronteira está no inconsciente ou, no máximo, nas referências espaciais que os moradores fazem diariamente: “Vou ali na fronteira” ou “No restaurante da fronteira”. Por mais que, histórica e geograficamente, o local tenha sido disputado, demarcado e dividido, o Carmo incorporou a fronteira como um adicional para a sua cultura e não como um fator limitante.

Cosme e Damião são santos brasileiros, mas 27 de setembro é tão simbólico para Carmo da Fronteira como para Corumbá, onde centenas de casas se abriram para as crianças afoitas por doces e bênção naquela mesma tarde. Depois de Puerto Quijarro, em nenhum outro lugar da Bolívia será encontrada uma casa de bolivianos celebrando Cosme e Damião daquela maneira. O sincretismo religioso, característica forte da conformação cultural brasileira, chegou até a casa de Maria, que não fosse pela proximidade dos assentamentos brasileiros, nunca teria feito uma promessa aos santos.

Primeiro ou último pedaço do Brasil

O ponto final da linha 102 está a poucos metros da divisão entre o Brasil e a Bolívia. Dali, você pode regressar caminhando pelo acostamento da Rodovia Ramón Gomez e encontrar o único movimento deste lado da fronteira. Um ponto de táxi, uma família que vende caldo de cana e uma lanchonete azul que também serve de ponto para alguns taxistas bolivianos a espera de ônibus interestaduais para levar passageiros para dentro da Bolívia. Depois, há entradas para pequenas vilas, terras do Exército Brasileiro, o canal do Tamengo e cerca de sete quilômetros até chegar a alguma rua mais central de Corumbá.

O movimento deste lado da linha divisória é totalmente diferente do outro, onde o chão ferve, os ruídos são constantes e o comércio gira. Aqui, as únicas perturbações à brisa que tenta compensar o calor abafado ocorrem quando o tráfego de carros e caminhões está muito intenso ou quando a oficina de migração está lotada, formando uma fila que quase alcança a pequena ponte que separa os dois países. O maior fluxo acontece pela manhã, quando

chegam ônibus com passageiros querendo realizar os trâmites legais para migrar para o Brasil ou para a Bolívia.

Ou você pode seguir a caminhada depois do ponto de ônibus, passar pelo posto de fiscalização da Receita Federal ou fazer seus trâmites migratórios na Polícia Federal, caminhar mais alguns metros e cruzar uma pequena ponte colorida sob um córrego quase seco. Um passo a mais depois da metade da ponte e você cruza o arco que te *saluda* e dá as boas-vindas à Bolívia. Um pouco antes de alcançar a ponte e entrar em território boliviano, uma entrada à esquerda te leva à estrada do Jacadigo.

É pra lá que Antônio vai com sua bicicleta vermelha metálica. Antes, desce na última parada da linha 102 e caminha alguns metros até o carrinho da família que vende caldo de cana. Ele regressa do Centro de Corumbá após uma ida frustrada ao laboratório onde havia solicitado um exame de sangue. Queria buscar os resultados, mas esqueceu que aquela sexta-feira era dia facultativo, o anterior fora feriado em comemoração ao aniversário de Corumbá. Aproveitou a viagem – literalmente viagem, porque para chegar até lá precisava entrar na rodovia e isso para ele já contava como tal – e pegou o espelho que havia deixado para emoldurar em uma loja atrás da parada da linha 102 na rua Dom Aquino, uma das últimas antes do ônibus tomar a rodovia.

Antônio cumprimenta o casal acenando com a mão que não segura o espelho recém emoldurado. O gesto termina com o indicador levantado como alguém que procura chamar a atenção de um garçom:

– Sem limão, por favor – e mostra o pouco do sorriso que se pode ver por baixo do bigode branco.

O casal já sabe que cada visita do homem ao centro de Corumbá equivale a um caldo de cana gelado na volta. Não só porque o calor da cidade pede, mas também por Antônio ser um homem de rituais: chega com a sua bicicleta e a amarra em uma das árvores do canteiro que fica entre o ponto de táxi e o caldo de cana, toma a linha 102 e volta algumas horas depois, passa pela bicicleta, levanta o dedo indicador fazendo o mesmo gesto que fizera há poucos segundos e pede a bebida sem limão, senta na cadeira dobrável de ferro e conversa com o filho menor do casal que está sempre correndo por ali. Apesar do calor da cidade, usa calça jeans e blusa social com as mangas dobradas até o cotovelo. Já não enxerga muito bem. Quando quer te olhar melhor ou confidenciar um detalhe íntimo da sua vida, direciona o queixo para baixo e os olhos para cima das lentes escuras do óculos de grau que, dependendo da claridade, também funciona como óculos de sol.

A família do caldo de cana e Antônio estreitaram os laços de amizade há quatro anos, mesmo tempo que trabalham no local, apesar de serem quase vizinhos. São moradores dos assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), por onde passa a estrada do Jacadigo.

O sítio de Antônio é um dos cerca de 400 lotes que compõem o assentamento Tamarineiro II, criado pelo INCRA com a portaria nº 117, de 15 de dezembro de 1995. Ela previa a construção de unidades agrícolas familiares a partir da aquisição por arrecada-

ção sumária de parte das terras da fazenda Tamarineiro do grupo Chamma, o mesmo que empregava brasileiros e moradores pioneiros do Carmo da Fronteira quando a siderúrgica ainda funcionava. As terras do grupo Chamma também deram origem a outros assentamentos acessados pela estrada do Jacadigo. O Tamarineiro I foi criado em 1984, onze anos antes do Tamarineiro II, a partir da doação ao INCRA de parte das fazendas Tamarineiro e Taquaral pelo grupo e marcou o início da reforma agrária em Mato Grosso do Sul. Foi o primeiro assentamento criado no estado. Na região, também estão os assentamentos Paiolzinho e Taquaral.

Antônio conseguiu seu sítio após acampar por cerca de dois anos no acostamento da estrada do Jacadigo com cerca de 100 famílias integrantes do Movimento Sem Terra (MST), durante a década de 90. Nascido e criado em zona rural, conheceu o movimento após perder a lavoura que arrendava para trabalhar em Nova Andradina (MS). “Quase todas as cidades do estado tinham movimento desse povo naquele tempo. Eles saíam convidando, fazendo reunião de noite, meio por baixo do pano, até conseguir reunir o povo para invadir”, conta.

Antônio ficou acampado durante um ano no pátio do INCRA em Itaquiraí, ao sul do estado, após a invasão de uma fazenda da região. Numa explicação confusa, conta que, depois disso, os barracos do acampamento foram transferidos para a região da estrada do Jacadigo, esperando que o órgão repartisse o terreno adquirido do Grupo Chamma.

Vania de Oliveira Sabatel expõe em sua pesquisa de mestrado que parte das famílias que ocuparam o assentamento Paiolzinho e o Tamarineiro II chegou ali de diversas regiões do estado, através de movimentos como o MST e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura no MS (Fetagri), oriundos da luta pela terra que se intensificou nos anos 90. Montaram acampamento durante três anos marcados por conflitos com posseiros que estavam na ex-propriedade do Grupo Chamma. Segundo a pesquisadora, o governo indenizou os posseiros que, só assim, deixaram as terras, após episódios onde animais foram mortos e casas foram incendiadas pelos acampados que. O INCRA demarcou e sorteou as parcelas (lotes) para assentá-los.

Apesar de não simpatizar com o MST e tecer críticas à falta de temência a Deus e à ligação com o Partido dos Trabalhadores (PT), Antonio reconhece que o movimento, do qual foi filiado por cerca de quatro anos, era muito organizado e que nunca precisou brigar ou entrar em conflito com posseiros. “ Eu não gostava de ficar acampado, mas fazer o quê? Eu precisava de terra pra trabalhar”.

Depois de conseguir seu lote, deixou o movimento e hoje em dia não se interessa nem em fazer parte da associação dos moradores do assentamento em que vive vizinho aos seus companheiros de luta agrária.

Antônio é bicho solto.

Deixou o pai e a mãe chorando na soleira da porta da casa e, aos 14 anos, deu adeus ao sítio da família em Filadélfia, no interior da Bahia. Saiu para perseguir, segundo ele, a ilusão que quase todo

mundo no norte do país tinha: ganhar dinheiro mais para o sul do país. “Guri é assim, quer o dinheiro dele, mas a família era grande e meu pai não podia me dar. Um dia olhei pro véio e disse: pai, eu vou andar”.

E andou.

Passou por alguns estados do Brasil trabalhando como servente para o Grupo Camargo Corrêa na construção de estradas. Sempre voltava para os serviços na área rural, seu local de trabalho desde os sete anos de idade quando já pegava a foice e a enxada para ajudar na roça do pai. Chegou ao estado quando ele ainda era a parte sul do Mato Grosso.

Após uma tentativa frustrada de manter um bar, deixou a mulher e os filhos, que hoje em dia são, em contas aproximadas, 10, em Ivinhema (MT), para que pudessem frequentar a escola. Saiu em busca de terras para arrendar e iniciar uma plantação em Nova Andradina. Da lavoura, nunca conseguiu ficar longe.

Encontrou no seu sítio do Tamarineiro II oportunidade de deixar de trabalhar para os outros, justificativa dele para passar de emprego em emprego, e lugar para cultivar o que a terra pudesse oferecer e chão para criar galinhas, porcos e ovelhas. Tudo para consumo da família. A sobra do leite retirado das vacas que mantém no quintal é o único produto comercializado, vendido em Puerto Quijarro pelo filho, que sai de porta em porta atendendo à clientela já freguesa. A produção é pequena e a ausência de uma leitaria, estrutura para o armazenamento e conservação do leite, não atrapalha. “As vaqui-

nhas nesse tempo seco ficam sem pasto. Às vezes tira mais, às vezes pouquinho.”

Os empreendedores do assentamento

Claudineia e Cícero, antes de empreenderem, viviam exclusivamente do que plantavam no sítio. Moradores do Tamarineiro I, passaram alguns anos vendendo grande parte da sua produção para o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). Junto com o Programa Nacional de Alimentação Escolar, era o destino principal da sobra da produção dos assentados que vendiam os alimentos para o governo. Claudineia e o marido costumavam receber de quatro a sete mil reais ao longo do ano, dependendo da produção.

Há quatro anos, o marido decidiu deixar de plantar e comprou o carrinho de caldo de cana. O carrinho, na verdade, é uma caixa retangular metálica amarela com duas rodas acopladas embaixo. Uma das faces laterais é articulada. Quando levantada, revela o interior da estrutura: uma pia com torneira, o moedor e prateleiras com sacos de cana. O casal acrescentou ainda um espremedor de laranja. O carrinho equilibra-se nas rodas e em estacas de metal. Fica sob um lona sustentada por três vigas de madeira fincadas por Cícero. Embaixo dela, cadeiras para os clientes. Ao lado, fora da sombra, um pequeno monte com bagaço de cana

Na época em que o marido começou a trabalhar ali, Claudineia estava grávida do terceiro e último filho. Apenas no começo deste ano é que passou a ajudar Cícero com o negócio, depois de

considerar que o caçula já era grande o suficiente para acompanhar os pais. Nesses meses de trabalho, conseguiu entender bem o fluxo de pessoas na fronteira. Sabe os horários de pico e se dá bem com a clientela, composta também por bolivianos, fregueses cativos, apaixonados pela bebida brasileira.

Ela também ficou cativada pelas pessoas que passam pela fronteira. Falante, diferente do marido que passa a maior parte do tempo em que não está atendendo descascando cana, conta com os olhos brilhando e a voz levemente estridente de felicidade que o tempo ali passa muito rápido de tanta gente de todos os cantos do país e do mundo que atende ao longo do dia.

Depois do negócio do casal, o único ponto comercial por ali é a lanchonete azul que fica um pouco mais distante do ponto de ônibus. O movimento de fregueses é menor, atendendo muito mais aos taxistas brasileiros e bolivianos que escolhem um salgado entre chipa, coxinha e esfirra fechada, e levam para comer com o caldo de cana de Claudineia e Cicero. A estrutura da lanchonete parece recém-reformada, com toldo para proteger os clientes do sol.

O movimento nem sempre foi assim. Há um ano o ponto final da linha 102 foi deslocado da frente da lanchonete para onde está hoje. Edileuza, a atendente boliviana contratada pelos patrões brasileiros para cuidar do negócio, conta que, antes da mudança, a lanchonete vivia cheia de passageiros à espera do ônibus da fronteira para voltar ao centro de Corumbá. A queda do movimento foi tão grande que os donos decidiram passar a abrir a lanchonete apenas pela ma-

nhã. Depois do meio dia, Edileuza vai até o começo da estrada do Jacadigo para ajudar no restaurante que dos patrões.

Claudineia e Edileuza não se conhecem. Não sabem que, além de serem uma das únicas comerciantes deste lado da fronteira, também moram nas comunidades rurais que dividem seus países – Claudineia no Tamarineiro I e Edileuza no Carmo da Fronteira. Outro fato em comum que as conecta é a escola dos filhos. Duas das três crianças da brasileira e o filho único da boliviana frequentam uma das escolas rurais dos assentamentos. É com os colegas de classe bolivianos que Wesley, o filho mais velho de Claudineia, aprendeu o castelhano usado com os clientes hispanofalantes.

Há dois anos, Claudineia também se matriculou em uma escola rural. Casou aos 17 anos, engravidou e não conseguiu terminar os estudos. Abandonou a sala de aula no nono ano do ensino fundamental. “Quando você se apaixona é aquela coisa. Se eu não casasse logo com ele, morria”, conta enquanto lava, com a mangueira, a máquina de moer cana.

Só não se arrepende de ter deixado os estudos para casar, porque logo depois vieram os filhos. Já perto de terminar o segundo ano do ensino médio, quer buscar um emprego melhor com o diploma. Acredita que, assim, não vai mais precisar dar satisfação ao marido quando precisar de dinheiro.

É ela que recebe a nota de R\$20,00 que Antônio oferece para pagar o caldo de cana. Três reais. Devolve o troco e se despede do homem que vai caminhando com o espelho embaixo do braço até a sua bicicleta, seguido de perto pelo filho menor do casal. Sobe na bi-

cicleta e, logo depois de cruzar o posto da Receita Federal, desaparece na entrada da estrada do Jacadigo, rumo à fronteira rural daquele lado do país.





Pessoas de fronteira



Miss Kiara

Kiara fez de Corumbá e Puerto Quijarro as cidades do seu reinado. A cada final de tarde, deixa para trás a Bolívia em sua carruagem branca e segue para o Brasil. O veículo, dirigido por um motorista e coordenado por um cobrador, tem capacidade para ela e mais 71 pessoas. Não é muito confortável e não cheira a novo, mas faz parte da nova frota de carruagens da Viação Corumbá, como indica o adesivo estampado em suas laterais. Nesta tarde, quando subiu ao ônibus 102 - linha Fronteira, uma senhora perguntou-lhe se não iria concorrer este ano. Kiara passou pela catraca sem se deter e respondeu:

– Este ano não. Estou muito cansada – e seguiu até a parte traseira do ônibus.

Hoje, seu trono é um dos bancos que fica logo depois dos assentos elevados, bem acima do conjunto de rodas traseiras, e que escondem Kiara dos olhares que ela sabe que recebe. Escolheu o lugar como se quisesse um tempo de descanso, mas com amabilidade esclareceu que a senhora perguntava sobre o concurso que elege a

Miss Gay Corumbá, competição que participou há alguns anos atrás incentivada por João Bezerra, uma amiga travesti conhecida em Corumbá. “Eu tinha vergonha, mas ela me dizia “vaaaamos bicha” e todo dia ia lá na minha casa em Quijarro, me trazia aqui pro Brasil e me preparava para a competição”, conta.

Lembra divertida do clima competitivo dos bastidores e das concorrentes chegando com seus vestidos escondidos em sacos ou usando capas pretas antes de subir ao palco. Tudo para manter o mistério das roupas e fantasias. Kiara não entrava na brincadeira. “Quando você vai simples é melhor”, revela a estratégia.

A amiga levou-a na sua costureira de confiança, que criou a fantasia para a prova de trajes típicos. Depois dos desfiles em roupas casuais e trajes de banho, Kiara subiu ao palco com uma fantasia que imitava asas de um Tuiuiú, pássaro de corpo branco, pescoço vermelho e bico e cabeça negros. De asas longas e semblante triste, é considerada a maior ave voadora do Pantanal. “ Acho que eu ganhei o concurso ali”.

De fato, Kiara ganhou o concurso. Mas alguns dias depois do resultado, também ganhou a ira das outras concorrentes ao descobrirem que ela, na verdade, era boliviana. Travesti boliviana, vencedora de um concurso de beleza brasileiro, garantido pelas asas do pássaro símbolo do pantanal. Audácia necessária para alguém da realeza e natural em quem precisou superar a violência do pai para desfilar pelas ruas como lhe desse vontade.

Filha de pai e mãe bolivianos, nasceu em Roboré em 1988 e ali viveu até os seis anos de idade. O pequeno povoado fica a 250 km de

Puerto Quijarro e é conhecido por ser o local onde foi assinado os Acordos de Roboré, documento com inúmeras cláusulas discutindo questões econômicas e territoriais entre o Brasil e a Bolívia. Para Kiara, é o local das suas primeiras memórias de flerte com o universo feminino. Costumava observar os rituais de vaidade da mãe a cada retoque no batom e admirava a desenvoltura das duas irmãs mais velhas nos saltos altos. Inspirada, enrolava-se em toalhas de banho e fazia do tecido seu vestido de alta costura. É dessa infância que Kiara recorda as primeiras vezes em que sentiu atração por homens. “Quando a gente é criança, a gente não conhece a palavra gay, mas ainda em Roboré os meninos já chamavam minha atenção”.

Aos 12 anos, em uma visita aos tios maternos em Santa Cruz de la Sierra, foi que escutou a palavra pela primeira vez. Querida e muito próxima dos irmãos de sua mãe, perguntou a eles por que ela era assim, por que os meninos da escola chamavam sua atenção. Os tios explicaram que o modo como se sentia era normal. “Eles falaram que não era doença. E que eu era assim como eles. Gay.”

Foi mais ou menos nessa época que começou a ter problemas com o pai que, até então, tratava a caçula como os outros três filhos. A família já morava em Puerto Quijarro. Kiara trabalhava em uma das lojas da tradicional feirinha de roupas boliviana. Pela tarde frequentava a escola. Ainda vestia-se com roupas masculinas, mas, com seu próprio dinheiro, comprava as calças jeans justas que gostava de usar no colégio. Um dia, saindo para a aula usando a calça nova que havia comprado em um passeio em Corumbá, foi pega pelo pai que não gostava de ver o filho usando roupas de “*mari-*

ca¹”. “Ele me encontrou saindo com a calça apertadinha. Ela era toda manchada, igual às que estavam na moda. Me deu um pau, menina, que até quebrou o cabo de vassoura”, Kiara conta com indiferença enquanto afasta com o polegar direito as cutículas da mão.

Foi a primeira surra, mas não a mais memorável. Aos 14 anos, um coleguinha da escola convidou a turma toda para a sua casa depois da aula. Sua mãe estava preparando uma festa de *cumpleaños*. Kiara passou uma noite divertida bebendo *chicha*² e comendo *empañadas*³ com os amigos. Voltou para a casa às 21h30, um pouco depois do horário que costumava chegar. Não tinha avisado aos pais onde estava.

O pai usava palavrões sempre que achava que a filha estava fazendo algo errado. “Estas haciendo mariconada? Te voy a matar”, relembra Kiara, imitando com uma voz áspera o sotaque boliviano do pai. “Vos nasciste hombre aquí conmigo carajo. Te voy a ahorcar” ele dizia. Os bolivianos tem uma boca suja às vezes” finaliza rindo.

Na sua cabeça não tinha feito nada de errado, só seria mais uma das vezes em que o pai gritaria com ela. Entrou pelo portão grande, único acesso para a casa roxa em que moravam. Precisava passar pela porta do quarto dos pais para chegar até o seu. Só conseguiu fechar o portão antes que o pai saísse de dentro de casa e a agarrasse pela mochila. Jogando-a no chão, colocou as mãos em volta do pescoço e começou a apertar. Desta vez, de verdade, iria enforcar Kiara. A

1 Palavra em castelhano usada para referir-se aos homens homossexuais.

2 Bebida extraída da fermentação do milho.

3 Salgado similar a saltenha.

mãe gritava para que o marido a soltasse. Atendendo aos pedidos da esposa, o pai levou Kiara para dentro de casa e a espancou na privacidade do lar.

Kiara só altera a voz doce para imitar as frases cheias de palavras que o pai dizia a ela. Nessas horas fala em um espanhol ríspido e fechado. De resto, sua fala é sempre pausada, com uma leve rouquidão, marcada pela pronúncia anasalada das sílabas terminadas em M ou N e o prolongamento das vogais. Até quando recorda os mais absurdos momentos de violência física que sofreu do pai, sua voz não se altera. A doçura é equilibrada com o queixo orgulhosamente levantado e o tom jocoso com que conta o que fazia o pai se irritar tanto. Delicada, mas forte. Em nenhum desses momentos, Kiara demonstra rancor ou raiva.

Mas a pior fase da sua relação com o pai começou aos 16 anos, quando trocou de vez as calças jeans apertadas por roupas femininas. Assumiu-se como travesti e avisou a todos os conhecidos que, a partir daquele momento, deveriam chamá-la de Kiara Michel e não mais José Martin, nome dado pelos pais. A inspiração veio de uma vizinha da irmã que morava em Santa Cruz de la Sierra. A aparência da menina loira e de pele alva, similar a uma boneca, nas comparações de Kiara, a encantou. “Eu amei aquele nome desde que eu escutei”, diz, olhando para um ponto perdido como se lá estivesse a vizinha da sua irmã. “Kiara Michel. ‘Esse vai ser meu nome’, eu pensei”.

O pai obviamente ignorou os desejos da filha e trocou a violência pela humilhação pública. A cada vez que encontrava Kiara tra-

vestida, a expulsava de casa aos berros. Gritava na rua que aquilo não era filho dele. O irmão mais velho de Kiara juntava-se ao coro do pai e já tinha uma história preparada para os fofoqueiros de Puerto Quijarro. Contava que, na verdade, eles não possuíam laços sanguíneos, que o irmão havia sido encontrado no lixo, dentro de uma caixinha de sapatos. Nessa época, Kiara passava mais tempo morando na casa das tias, que sempre acolheram e defenderam a sobrinha. “Foi difícil me assumir, porque eu tinha medo do meu pai. Mas quando aconteceu foi o inferno da minha vida, porque ele nunca me aceitou”.

Com o irmão mais velho o tratamento era totalmente diferente. Apesar de não frequentar a escola e de ter problemas com consumo de bebidas alcoólicas, ele e o pai mantinham uma excelente relação. Até o dia em que o irmão de Kiara chegou em casa bêbado e, sem aparentes motivos, jogou o pai no chão e o chutou duas vezes. “Eu vi meu pai no chão. Desde aquele dia, peguei um ódio tão grande do meu irmão que sentia nojo a cada vez que olhava pra ele. Bater no próprio pai...”.

Apesar da truculência que reservava apenas para ela, Kiara nunca respondeu ao pai. Ele a xingava e ela apanhava quieta. “Eu nunca faltei respeito com ele. Nem com ele e nem com a minha mãe”.

Ela muda de assunto rapidamente, limpa com o dedo anelar esquerdo a lágrima que caiu dos seus olhos e lembra que na sua casa nunca faltou comida. Iogurte, arroz, carne e doces sempre estavam na geladeira. O pai exigia que as crianças andassem sempre com roupas limpas e novas. Condescendente com violência paterna, ela julga que não tem do que reclamar, pois ele sempre foi muito atento às

necessidades do lar. “Apesar de ser uma pessoa má, foi um pai que nunca deixou faltar nada pra gente. Você não bate em uma pessoa que te deu a vida. Podia ser qualquer um, mas não o meu pai”.

Ela jurou que jamais perdoaria o irmão, a única pessoa de quem diz já ter sentido ódio. Mas teve que se dobrar a sua promessa. O pai, há cinco anos, adoeceu rapidamente de um problema nos rins e pouco antes de falecer, ainda que a chamasse por Paco como a apelidou na infância, pediu perdão a Kiara. Com a doença paterna, reencontrou o irmão que, nos últimos anos, havia saído de casa. No dia do velório, recordou com ele a noite em que o episódio aconteceu e contou do ódio que sentia. Perdoou o irmão, com quem agora mantém um contato mais próximo. Kiara justifica o perdão com a morte. “Ele, agora, já não é mais tão preconceituoso. Casou. Mudou um pouco com a morte do meu pai. Sempre fala que eu não posso deixar ninguém bater em mim, que tenho que revidar”.

O irmão arrependido, como um servo que jura fidelidade à sua rainha, agora oferece proteção. Reforça, sempre que se encontram, que deve contar-lhe se algum “palhacinho” se meter com ela. Kiara resolveu provar e comentou de um homem que costumava incomodá-la nas ruas de Quijarro. “Ele foi lá e arrebentou ele todinho” conta rindo.

A violência, física e psicológica, que permeou a vida de Kiara contrasta com a delicadeza natural dos seus gestos e a bondade gigante que tem com seus agressores. É condescendente com as violências e naturaliza as situações em seu relato, assumindo um tom

divertido de modo que as marcas das agressões parecem estar apenas nas cicatrizes de sua pele.

Naquela tarde, sua carruagem trouxe-a da fronteira entre o Brasil e a Bolívia até o Centro de Corumbá. Enquanto caminha pela rua Ladário, uma das vias centrais da região comercial, a cada qual responde cumprimentos de pessoas que a encontram pela calçada. A caminho da ladeira José Bonifácio, via que leva ao porto geral, uma senhora boliviana conhecida por ser repórter de um canal famoso em Quijarro chama-a de dentro de uma loja de confecção. Pergunta a Kiara quando podem marcar uma reunião para discutir a decoração encomendada há algumas semanas para uma festa. O dia de São Cosme e Damião se aproxima e quer acertar os detalhes finais da celebração no terreiro do qual é madrinha em Corumbá. “Vermelho e preto na decoração. Não tem cores mais bregas e difíceis para trabalhar”, comenta sobre os tons escolhidos depois de se despedir da senhora.

Kiara trabalha na pequena empresa de festas que a mãe mantém em Puerto Quijarro. Fazem decoração de aniversário, lembrancinhas e convites para eventos particulares e dos principais hotéis da cidade. Um dos clientes recorrentes é a própria prefeitura do município. As mãos de dedos grossos, que terminam em longas unhas quase sempre decoradas com flores, são as mesmas que assinam, em caligrafia fina, os convites. Com olhar apurado para o que combina com o que, Kiara é quem dá a palavra final nas decorações com exceção das vezes em que o (mau) gosto do cliente prevalece.

Adorada pelos parentes de sua família e admiradora incontestável da mãe, a empresa e a família por enquanto são o que ainda motivam as visitas diárias de Kiara a Puerto Quijarro. A cidade tem ficado pequena para ela que, ultimamente, vem se cansando de ser rosto conhecido e falado pelas ruas. “O preconceito lá não existe, não comigo. Eles me respeitam, porque eu já sou conhecida”.

Sua relação com Corumbá se fortaleceu nos últimos anos. Na adolescência, a cidade era destino de compras. Mais tarde, virou roteiro das baladas *funks* e de pagode que Kiara adora.

Hoje, é onde ela mora.

Há três anos, no dia 1º de janeiro, conheceu seu marido no barracão da escola de samba Imperatriz Corumbaense. Em poucos meses de namoro, mudou-se para a casa dele. Atualmente, consideram-se casados. “Eu sempre gostei de homens brasileiros”, confessa.

O português foi aprendido com as novelas e rádios brasileiras – sua canção preferida no momento é o sertanejo “*Eu te assumi para o brasil*” – que cresceu vendo e ouvindo e que lideram a audiência em Puerto Quijarro. Com o mesmo português que impediu as colegas de competição de desconfiar que Kiara fosse uma forasteira, pretende encontrar um emprego em Corumbá e dar adeus definitivamente à cidade boliviana. Gosta das praças amplas corumbaenses, do povo e das facilidades que uma vida brasileira lhe permitiria.

A Bolívia já aceita o nome social para pessoas transsexuais, mas, para refazer seus documentos, Kiara teria que ir até Santa Cruz de La Sierra. Quando oficializar a união com o marido, no final de 2018, pretende fazê-lo como Kiara Michel Cuellar Justiniano. No

Brasil, casada com um cidadão brasileiro, o processo para obter o nome social é muito mais fácil. Puerto Quijarro seria seu reino abdicado, ao qual retornaria apenas para visitar sua família.

Suada da descida da ladeira que leva ao porto geral, senta em um dos bancos que estão à sombra de um pé de manga na orla. Contempla o rio Paraguai com os olhos arregalados. Redondinhos e negros, quase nunca cedem a uma piscada. Mas, quando acontece, é um espetáculo particular para quem tem o privilégio de acompanhar. Kiara tem o piscar de olhos que você não conseguiria reproduzir nem se ficasse horas treinando na frente do espelho. As pestanas do olho esquerdo fecham ligeiramente mais rápidas que as do direito e, quando voltam a abrir, seus olhos te encaram de baixo para cima. Mas não te julgam. Voltam a ficar estranhamente abertos, cedendo alguma outra vez quando uma frase de impacto seja necessária.

O corpo forte ganhou uns quilos a mais nos últimos anos, apesar de sempre ter sido corpulenta. Kiara gosta de jogar futebol e quando se aproxima o Campeonato pela Diversidade, partida de futebol entre a comunidade LGBTQ de Corumbá e Ladário, ela é uma das atletas mais requisitadas. O esporte lhe rendeu coxas grossas e panturrilhas bem delineadas. “Gosto de pernas mais fininhas. Perguntei pra um tio médico se eu poderia diminuir as panturrilhas com cirurgia e ele me proibiu”.

Agora, a única cirurgia desejada por Kiara é um implante de silicones nos seios. Os sutiãs com enchimento não funcionaram para ela que os achou incômodos, além de morrer de medo que alguém, sabendo que eram falsos, desse risada dela. Juntou dois mil reais e

já estava quase pronta para pagar o procedimento quando desistiu. Dessa vez, o medo era de morrer. Descarta a cirurgia de redesignação de gênero, se considera mulher travesti e a única coisa da qual se arrepende é de não ter realizado processos de hormonização na juventude. Hoje, com 28 anos, se diz velha e acredita que o procedimento já não surtiria efeito. “Lá na Bolívia, travesti não é muito comum, eu não tinha com quem conversar. Aqui, as brasileiras gostam de se hormonizar pra ficarem mais femininas. Eu gosto do jeito que eu sou”, pontua enquanto ajeita a manga caída da blusa.

Hoje, o cabelo preto está preso num coque hoje. Alguns fios menores estão arrepiados perto da testa e da nuca. Se justifica dizendo que precisou sair muito cedo de casa e que só teve tempo de pintar a sobrancelha. Eles costumam estar soltos, volumosos, formando cachinhos bem fechados e longos, arrumados cuidadosamente pelo marido que é cabeleireiro.

Um barco rebocador sobe o rio Paraguai puxando uma balsa com *containers*. Kiara interrompe uma frase para perguntar como aqueles “trecos” funcionam. Ela desvia o olhar do rebocador e retorna o assunto. Vai apontando para cada tatuagem no corpo. Uma, particularmente, chama muito atenção: a caveira com um lacinho rosa que decora sua jugular direita. Parece contar mentalmente quantas possui. “23 tatuagens. Nenhuma tem significado, eu só vou no estúdio, abro o livro e escolho a que eu gosto”.

Assim decidida, pergunta se pode fumar um cigarro e acende um antes de escutar a resposta. Esse é o único vício de Kiara, que não bebe e não usa drogas ilícitas. Depois de uma tragada, comenta

sobre a sua vontade de retomar o último ano de escola que lhe falta para completar o ensino médio e poder, finalmente, cursar a faculdade de turismo como sempre sonhou. “Aqui na fronteira não tem pessoal especializado para falar de turismo e tem tanto lugar para mostrar”, dá outra tragada e retoma: “eu acho que deveria ter uma oficina de turismo na entrada da fronteira”.

Kiara apaga o cigarro e anuncia que precisa ir. O marido está esperando em casa e já deve ter terminado os bolos que preparava para o dia de Cosme e Damião. Vai caminhando até o ponto de ônibus. Espera uns quatro minutos. Quando a condução estaciona, se despede com um aceno de mão. Não precisa participar do Miss Corumbá outra vez para ganhar a coroa. A realeza é parte intrínseca de Miss Kiara.



*Dr. Geremias**

**Nome fictício a pedido do personagem*

A cabeça de Geremias pendia de um lado para o outro do pescoço largo no ritmo da ambulância que já percorrera 200 km desde que saíra de Puerto Quijarro. Agora mais relaxado, ele se permitia não lutar contra a sonolência de estrada e cochilava um sono leve, despertando entre uma pescada e outra para verificar o bebê repousado sobre a maca, atento à qualquer respiração entrecortada do paciente. Depois das primeiras horas de percurso, ele já havia entendido que a viagem seria tranquila para ele e para a criança. Não pensava em recorrer à injeção de dipirona que levava na bolsa, único recurso disponível, além dos seus conhecimentos em medicina, caso surgisse uma emergência no caminho até o hospital em Santa Cruz de la Sierra.

Geremias é *provinciano* do Hospital Príncipe de Paz em Puerto Quijarro. Essa é a denominação dada aos alunos de medicina que

cumprem os três meses de serviço obrigatório para o governo boliviano, etapa seguinte para quem já concluiu os 10 semestres letivos e o tempo de internato em um hospital escola. Ali, Geremias precisa recrutar pacientes para realizar exames de Baciloscopia – método de diagnóstico e controle da tuberculose – e mulheres dispostas a fazer o Papanicolau. Uma das estratégias usadas pelos *provincianos* e enfermeiros é sair pelas ruas de Quijarro, de casa em casa, ou palestrando em escolas, fazendo a conscientização da importância dos exames e convidando-os a realizá-los no hospital. Um trabalho de agente de saúde, como gosta de classificar Geremias.

Entre os cerca de 25 internos e *provincianos* que trabalham no Príncipe de Paz, 20 são brasileiros que se mudaram para a Bolívia para estudar medicina. Geremias é um deles. Iniciou seus estudos em 2004 na Universidad de Aquino Bolívia (Udabol), incentivado por um irmão que, por sua vez, conheceu um pastor na época do pré-vestibular e lhe apresentou a possibilidade de cursar a carreira no país estrangeiro por um custo menor. “Meu irmão chegou lá e mandou fotos, morava sozinho... Eu fui seduzido mais por isso, pela questão da pouca idade e da vontade que eu tinha de morar sozinho. Todo jovem tem, não é...”.

Geremias foi.

Fez como muitos brasileiros que encontram um obstáculo na grande concorrência dos vestibulares e nos preços estratosféricos das faculdades brasileiras de medicina, enquanto a aparente facilidade vendida por publicidades como “Medicina sem vestibular” soa como possibilidade de ter um diploma. Segundo o dado divul-

gado pela embaixada da Bolívia no Brasil, em 2014, cerca de 25 mil brasileiros estavam matriculados em alguma faculdade boliviana de medicina. O número, provavelmente, é maior. Algumas universidades bolivianas exigem, num primeiro momento, apenas o pagamento da taxa de matrícula e o certificado de conclusão do ensino médio, deixando demais exigências migratórias, como o visto de residência temporária, para serem cobradas ao longo do curso.

Geremias retirou seu visto estudantil há pouco tempo. “Fiquei lá o tempo todo corrompendo e fazendo parte da corrupção deles”, diz, fazendo referência às vezes em que o visto foi exigido e se livrou de um problema maior dando dinheiro às autoridades. Ele argumenta que na sua época, em 2004, retirar o visto era demorado, caro e cheio de burocracias. Hoje em dia, com acordos do Mercosul, o processo já foi simplificado. Agora, 13 anos depois de iniciar seus estudos, ele tenta finalizar as etapas restantes para conseguir o diploma.

A publicidade, vendida em forma de facilidade para ingressar no curso, é seguida de uma extensa burocracia para todos os alunos, mas dificultada especialmente para os estrangeiros que relatam a falta de transparência dos processos administrativos. Demorados e com preço diferente para eles. O fluxo migratório de estudantes buscando outros países da América Latina, principalmente Argentina, Paraguai e Bolívia, criou um mercado de atravessadores e despachantes que auxiliam nos primeiros passos para chegar até à universidade escolhida e na documentação exigida ao longo do curso. Criou também um novo fluxo econômico nas universidades, onde mais da metade dos estudantes não é boliviana, e nas cidades escolhidas pelos

imigrantes que injetam dinheiro através de aluguel e gastos básicos com alimentação e lazer. “Eles enxergam brasileiro como fonte de renda”, gostam de comentar os internos e *provincianos* quando relembram das extorsões. “Na Bolívia, eles criam muita dificuldade para vender a facilidade. Os estudantes penam. Cada hora criam uma burocracia nova pra gente, como se fossem pedágios”, conta Geremias.

A demora de Geremias para concluir o curso não se deve apenas a esse fator, mas sim ao cansaço depois de seis anos vivendo em Santa Cruz de La Sierra. Após finalizar os 10 semestres de disciplinas em 2010, decidiu fazer seu internato no Brasil para tirar umas férias da vida boliviana. Acabou ficando cinco anos a mais que o esperado e retornou apenas este ano para dar prosseguimento na documentação necessária para cumprir os três meses de serviço obrigatório. A vontade de se afastar da rotina boliviana também foi o que motivou muitos dos brasileiros a cumprirem seu tempo de internato e província em Puerto Quijarro, aproveitando da condição fronteiriça para morar no Brasil, retornando a Corumbá depois do expediente no Príncipe da Paz.

Do fundo da ambulância, Geremias não enxergava a chacinha de mosquitos que ocorria no parabrisa do *Toyota Land Cruiser* adaptado. Também não via o sono do motorista, que a cada piscada demorava um pouco mais para reabrir os olhos protegidos por um óculos de sol. A direção de John*, ou *el maestro*, como Geremias o chamava por não saber seu nome ou por ter aprendido que assim se referem os bolivianos aos condutores, era a famosa direção boli-

viana à qual o brasileiro se acostumou: rápida, desafiadora e malabáristica. Para John, estar conduzindo uma ambulância era premissa para ignorar as placas que indicavam que a velocidade máxima do trecho era 40 km/h e imprimir ao carro 130 km/h, só reduzindo para desviar das vacas e cavalos que não se limitavam ao pasto do acostamento e caminhavam pelo asfalto. Levava um cinto de segurança e um *Novo Testamento* com capa azul e letras douradas no porta luvas como proteção. Os 100 km/h não eram piedosos com os insetos no meio do caminho e, naquele primeiro terço de viagem, o para-brisa já estava colorido de branco, amarelo, verde e vermelho.

Ninguém conversava. O vento era o último passageiro e falava por todos. Entrava gritando pelas janelas, abaixadas até o final para compensar o calor do meio de tarde do oriente boliviano. A versão ambulância da *Toyota Land Cruiser*, carro utilizado em *rallys*, como observou Geremias, era equipada com uma maca e um banco lateral na parte traseira. Um gancho acoplado no teto suspendia a estrutura da bolsa de soro injetado à veia do paciente por onde já fluía um pouco de sangue que escorria pela mangueira. Nenhuma gota de soro pingava até as veias do bebê. Hidratada após um dia internado no hospital Príncipe de Paz, a criança fora diagnosticada com pneumonia de gravidade moderada e estava sendo removida para um hospital infantil especializado em Santa Cruz de la Sierra. Após concluírem que ela suportaria o deslocamento de 600 km, comunicaram a Geremias que ele seria o acompanhante do paciente e sua família. Os pais do bebê, vindos de longas horas vigilantes na emergência do hospital em Puerto Quijarro, baixaram a guarda e cederam ao cansaço, dor-

mindos embalados pelo ritmo da ambulância no banco lateral, ao lado do brasileiro.

O banco era semelhante ao que ele e sua mãe compartilharam no ônibus que tomaram em San Matias, cidade boliviana que faz fronteira com o Mato Grosso, rumo a Santa Cruz de la Sierra para o seu primeiro semestre de medicina em 2004. Desconfortável e improvisado. Chegaram ali após uma viagem de 18 horas vindos de Goiânia. Cruzaram a fronteira e a empolgação de morar sozinho foi momentaneamente substituída pelo choque de chegar na Bolívia empoeirada, pobre e de estradas de terra que era aquela parte do país. Geremias se recuperou rápido. “Quando você fala de Bolívia, você fala de aventura. Jovem gosta disso”, relembra. A mãe não se recuperaria do choque que iria aumentando depois daquela parte do caminho. A passagem de 75 bolivianos, correspondente à R\$25,00 na época, dava direito à uma viagem sem ar condicionado. As malas iam do lado de fora, no teto do veículo, protegidas por uma lona. Para Geremias, o ônibus se parecia aos escolares brasileiros, com a diferença marcada pelas rodas, substituídas por pneus de trator que seriam necessários no transcorrer do percurso. Nos trechos onde os pneus não davam conta de vencer o lamaçal provocado pela chuva, todos os passageiros desciam e davam uma força para o motorista. Nas partes secas do percurso, as janelas iam abertas, deixando entrar o ar e a poeira levantada pelos carros que passavam por ali.

Foram recepcionados pelo irmão, que havia dado as orientações para que eles chegassem até Santa Cruz de la Sierra. A mãe mobiliou um apartamento pequeno próximo da universidade para

eles. Explicou que ela enviaria uma mesada de R\$650,00 por mês a Geremias e que ele deveria pagar a faculdade e suas necessidades básicas com isso. Despediu-se dos filhos e voltou ao Brasil. “Naquela época o dinheiro até dava”. Sem orçamento para sair, sua rotina era frequentar as aulas e estudar em casa. “A gente chega lá e vê aquele tanto de brasileiro. De 30 alunos, 20 são brasileiros. Todo mundo na mesma”. Todo mundo tentando aprender medicina em espanhol. Para Geremias, o aprendizado em castelhano foi difícil. Sem conhecimento nenhum do idioma, lia o conteúdo com antecedência para conseguir acompanhar as aulas. Seu primeiro e segundo anos foram de estudos e tranquilos, apesar da falta de dinheiro.

Mas em 2006, no final do quinto período, a mãe de Geremias faleceu depois de passar dois anos tratando um câncer de intestino. Ele explica, em termos médicos, que a retirada do câncer seguida de uma colostomia mal cicatrizada internamente causaram uma infecção interna. Fezes na cavidade abdominal. “Ela já tinha alguns anos de quimio e radioterapia. Você sabe o tanto que isso debilita. Ela não resistiu. Morreu por septicemia. Infecção generalizada. Falência múltipla dos órgãos. Óbito”. Geremias estava realizando os exames finais daquele semestre, entrou em estado de negação e não compareceu ao velório da mãe. “Ela vivia a cada 15 dias no hospital, mas pra mim aquilo era normal, poxa! Quando falavam que ela tava no hospital era uma coisa normal pra mim. Aí veio a notícia: tua mãe faleceu. Eu pensei: cara, tava tão grave assim?”. Geremias, como que buscando justificar suas ações nas semanas seguintes ao falecimento da mãe, explica que, em situações como essa, é normal do ser huma-

no entrar em estado de negação, como se um mecanismo de defesa fosse ativado. Dura até 60 dias, após isso é considerado patológico. “Não fui por que estava em exames finais. Esqueci isso e foquei só nos meus estudos pra aprovar. Pensava que ela estaria lá quando eu fosse de férias”. Acabou não voltando para o Brasil. Terminou o semestre, passou nos exames, começou a gostar de umas “paradas góticas cabulosas”, como ele mesmo define, e sofreu o julgamento dos parentes. “A família me condenou. ‘Que filho é esse, ingrato’. Mas ninguém sabia o que eu tava passando.”

Geremias tem medo de morto.

Acredita que a aversão à velórios seja culpa de uma experiência ruim na infância e nunca superada. Quando tinha 10 anos, estava a caminho de um passeio no parque da cidade onde vivia. O pai fez um desvio “rapidinho” para comparecer ao velório de um colega da firma onde trabalhava, morto em um acidente de caminhão. “Eu sonhei com aquele cara por várias noites. Eu lembrava do nariz dele ralado e cheio de algodão”. Desde então, Geremias nunca gostou do ritual pós-morte, da cultura de celebrar o corpo. Acha bonito e respeita, mas, particularmente, tem medo de morto. Muito medo. “Enquanto o paciente tá vivo, eu tô lá em cima fazendo tudo que posso. Quando morre, quando eu vejo que não tem mais sinais vitais, eu corro longe”. Acredita que a alma sai do corpo e fica observando tudo, por isso faz questão de tratar o corpo com respeito: “Para não desagradar a alma”. “Eu vi muito paciente entrar em óbito. Uma vez que morreu, morreu. Você tem que fazer alguma coisa quando tá vivo, pra pessoa ver. Depois que morre, já era, já foi”.

Depois de uns meses, começou a receber o salário da mãe como pensão. De um jovem que ganhava R\$650,00 por mês, R\$800,00 quando sobrava algum dinheiro, passou a ganhar R\$2 mil. Naquela época, essa quantia na Bolívia era ouro e para ele foi o fim da dedicação aos estudos. Saiu da condição de alugar quartos em repúblicas para viver em um edifício com um apartamento por andar. Escolheu um com três suítes, equipadas com banheiras, e abriu a casa para os amigos e festas. Comprou um *Jeep* 4x4 e entrou para um grupo que participava de campeonatos de *rally*. “Vivi a vida que queria viver”.

Até 2007, conseguiu conciliar a nova vida com os estudos. Em 2008, após comprar o carro, só fazia a matrícula e pagava as mensalidades. Não comparecia às aulas e acabava reprovando por falta. Voltou aos estudos em 2009, após fundir o motor do *Jeep*. Vendeu o carro, comprou uma moto para se deslocar pela cidade e para não ceder à tentação dos campeonatos de jeepeiros. “Quando fundiu o motor do carro eu falei: ‘Isso não é vida, não’. Fiz tudo certinho. Concluí os dez semestres de medicina e fiquei pronto pro internato em 2011”.

Na verdade, em 2010, Geremias já estava um pouco cansado da vida boliviana. Conta que se sentia perseguido por ser brasileiro. “A moda na época era a própria polícia extorquir a gente. Abordavam os brasileiros, perguntavam do passaporte e diziam que tinha que ir pra migração. Que nada! Só queria extorquir”. Na época em que tinha o *Jeep*, ele fugia de *blitz* dizendo que “*el coronel Hugo Torres es mi padrino*” como aprendeu com um amigo. Nunca conheceu o militar e nem sabe quem ele é, mas com essa frase deixava entre 50 e 200 bolivianos com o policial e ia embora. “Às vezes nem pagava nada.

Eu tinha uma carteira internacional, mas eles nunca reconheciam ela como documento. Essa sensação de impotência, de que a gente tá com tudo certo e ainda é extorquido... isso vai desgastando lá na Bolívia”. Pelas cidades turísticas da Bolívia, cartazes espalhados pelo governo fornecem um número de denúncia e incentivam a delatar a corrupção policial.

Geremias nem sempre esteve com tudo certo, como contou, apenas recentemente tirou seu visto estudantil. Também quando comprou a moto, não conseguiu fazer o emplacamento, apesar de ter tentado por um bom tempo, porque não possuía a identidade de estrangeiro, e andava assim mesmo pelas ruas. O sistema fácil de corromper também é aproveitado pelos estrangeiros extorquidos. Na faculdade, alunos e professores encontram maneiras de burlar a ética e a lei. Ele e seus colegas do Príncipe de Paz relatam histórias, que mais parecem lendas, dos tempos em que frequentavam as aulas. Geremias conta a história de um professor que em determinada aula perguntou a um aluno brasileiro o que ele enxergava na radiografia exposta. “O aluno não sabia nada e falou assim: *‘mira doctor, acá hay un uno allí hay un zero y otro zero. Me parece que al lado se puede leer dólar’*. No final do semestre, ele saiu aprovado e com nota alta. Excelente professor, dava uma aula muito boa”.

- Você pagou pra passar? – pergunto.
- Nesse aí não. No meio do semestre deu problema de corrupção e ele foi mandado embora.
- Já pagou?
- Eu nunca paguei. Mas já dei agradados. Garrafas de *whisky*...

Depois de cinco horas de viagem, John para em um trevo e urina na estrada. Bebe água da térmica que leva no banco da frente e segue o caminho. Faltam pouco menos de 200 quilômetros. A habilidade e agilidade do motorista encurtam a viagem. A estrada também ajuda. A obra que asfaltou o caminho entre Puerto Quijarro e Santa Cruz não tem nem cinco anos completos, e com exceção de dois pequenos trechos em reforma, está em boas condições.

Antes dela, John conta que o percurso durava cerca de 18 horas quando os carros não atolavam na estrada de terra. Naquela época, pacientes em estado grave precisavam recorrer aos hospitais de Corumbá, isolados da capital boliviana mais próxima pela distância e pela precarização das vias. A alternativa mais procurada pelos viajantes era o trem que cruza o Oriente boliviano, chegando a Santa Cruz de la Sierra cerca de 12 horas após deixar Quijarro (ou vice e versa). Hoje em dia, o fluxo na locomotiva diminuiu e os ônibus são mais procurados por oferecer uma viagem que dura cerca de oito horas e meia.

A paisagem até ali é similar ao Cerrado do Mato Grosso do Sul e o começo do percurso entre Campo Grande e Corumbá na BR-262. Lavouras de milho e girassol acompanham a estrada interrompidas apenas por pequenos povoados como o de San Jose, dominado por uma comunidade menonita que vez ou outra atravessa a estrada com seus tratores, e Roboré, pequena cidade onde formações rochosas distraem os passageiros da ambulância. Quando o veículo passa em frente a uma gruta de beira de estrada a mãe do bebê leva a mão direita à testa e faz o sinal da cruz, exibindo o esmalte rosa descascado que

já ocupa apenas o centro das unhas. Geremias já não cochila mais. Vestiu o jaleco e se prepara para a chegada em Santa Cruz.

Geremias tem experiência.

Em 2011, após o internato em um hospital escola de Curitiba, percebeu que, apesar de excelente aluno com um excelente histórico de notas em seus anos de medicina na Bolívia, não sabia quase nada. Sentiu a defasagem no nível e na diferença de ensino para os colegas internos oriundos de universidades brasileiras. Absorveu todo o conhecimento que os médicos estavam dispostos a ensinar e, paralelamente, estudava em casa o que eles diziam que ele já deveria saber. Terminou seu ano de internato e, ainda sem vontade de voltar para a Bolívia, aceitou um estágio não remunerado em Goiânia.

Nas férias, foi para a casa da avó no Maranhão rever a família e o pai. E como em uma boa reunião familiar, não escapou dos comentários dos parentes sobre o rumo da sua vida. “Eles diziam: ‘Ah, eu sabia que esse estudo na Bolívia não ia dar certo’. ‘Teu pai gastou dinheiro à toa.’ ‘Vocês endividaram os pais de vocês’. Você escuta isso de todos os seus familiares, todo mundo olha pra você te julgando. Aquilo mexe com o brio. Até a minha vó veio falar comigo”.

Quando o aluno termina o internato, precisa dar entrada com papéis na universidade e em diversos órgãos bolivianos para conseguir ser liberado para cumprir os meses de província. Tudo muito caro e demorado, segundo Geremias. Na época, a pensão da mãe havia acabado e o pai realmente não estava com boas condições financeiras. “Eu sabia que tinha que resolver aquilo um dia. Mas não

era aquela a hora”. Conseguiu um estágio com uma amiga na Bahia e por lá ficou trabalhando sem remuneração por quatro meses.

Entre a comunidade médica, corria a fama de estados onde universitários davam plantões em hospitais públicos com CRM falso, número de registro dado aos profissionais após filiar-se à um Conselho Regional de Medicina que atesta sua permissão para exercer a profissão. Geremias conheceu uma estudante que trabalhava assim e comprovou a fama de que a Bahia era um desses lugares.

No Dia dos Pais de 2012, recebeu a ligação de uma cooperativa de médicos oferecendo plantão em um local do interior da Bahia. O fato de ser uma cidade pequena e distante e de ser Dia dos Pais dificultava a busca por médicos dispostos a aceitar o trabalho. “Tinha uma cooperativa lá que pegava os contratos com a prefeitura de uns locais bem distantes dos grandes centros. Eles [as prefeituras] tinham dificuldade de contratar médicos, então, contratavam essas cooperativas de médicos. As cooperativas às vezes até tinha intenção de mandar médico com CRM, mas às vezes não achava. Na época não tinha tanto médico, não existia o Mais Médicos¹”.

Geremias chegou ao seu primeiro plantão de ambulância. Não tinha carro e nem dinheiro para isso. O motorista da ambulância buscou-o em uma cidade a 70 km de onde daria o plantão. Havia chegado até ali depois de percorrer quase 200 km de ônibus. “Os

1 Programa criado pelo Governo no primeiro mandato da ex-presidente Dilma Rousseff. Entre suas ações, está o emprego de médicos estrangeiros, sem necessidade de validação do diploma em uma universidade brasileira, em unidades do Sistema Único de Saúde (SUS) como forma de suprir a falta de médicos em algumas regiões do país.

hospitais já sabiam que os médicos de cooperativa eram estudantes. Quando ia buscar assim de ambulância já sabia. Eles já ficavam meio preocupados, duvidosos, analisando condutas pra ver se respeitavam a gente ou não”. Foi tratado com desconfiança. Lembra-se de ter receitado uma nebulização com soro fisiológico para uma paciente com sinusite. Escutou o técnico de enfermagem rindo da prescrição: “Olha aí o que ele passa. Nebulização sem nada. Só pra gente ficar trabalhando aqui à toa”. “Eu sabia que ela não ia morrer se não tomasse a nebulização, mas só com uma umidificada nas vias aéreas ela já iria pra casa muito mais confortável. Não teve nenhum óbito. Atendi com muito medo. Ainda era muito inseguro. Tremia mais que vara verde”.

Ele nunca recebeu o dinheiro prometido por esse plantão. E como médico ilegal, não poderia se dar ao luxo de cobrar. “Serviu de experiência. Depois de três anos eu voltei lá para outro plantão. Não me pagaram de novo”. Ele continuou a ser chamado para mais plantões em cidades pequenas, de 10 a 20 mil habitantes. Ganhava metade do valor pago para um médico com CRM. Em quatro meses, já ganhava dinheiro suficiente para enviar para o pai pagar as dívidas e a faculdade do irmão, que havia desistido da Bolívia e cursava engenharia no Brasil, e ainda sobrava para viver muito bem. “O mês que eu mais ganhei foi R\$17 mil”. Na época, tinha 27 anos.

Geremias ficou *expert* em usar CRM alheio.

Trabalhou durante cinco anos nos pequenos hospitais da Bahia. Fez muito dinheiro. “Eu já cheguei a fazer tanta coisa, que pro esquema ficar perfeito eu fiz ele bem errado”. Nunca foi pego.

Adorava poder, finalmente, trabalhar como médico. Se sentia recompensado a cada parto e atendimento que fazia. “Eu já estava me arriscando demais. Já não tinha mais medo”. O bom trabalho de Geremias era reconhecido e cada vez mais procurado. Se atrevia a dar plantão em cidades maiores onde a fiscalização era mais rígida. “Um médico que trabalha sem CRM vai pra cada plantão como se fosse o último. Ele dá o plantão da vida dele. Ele não dá plantão, ele dá um show. Ele não pode deixar dúvidas, ele não pode cometer erros. É algo intenso, sacrificante”.

Só parou depois de um amigo, que também atuava ilegalmente como médico, ser preso. Segundo ele, hoje em dia essa prática quase não existe, seja pelas dificuldades criadas pelos CRMs, seja pela maior disponibilidade de médicos. O amigo também era estudante de uma universidade na Bolívia. Quando foi solto, resolveu correr atrás da documentação que faltava para se formar. Geremias seguiu os passos do colega e agora, quase 13 anos depois de ingressar na universidade, corre atrás do seu diploma. Até lá, precisa cumprir suas metas de coleta de Baciloscopia e de Papanicolau como *provinciano* em Puerto Quijarro, fase que considera como um limbo na vida de quem já atuou cinco anos como médico. Ainda precisa dar entrada em papéis para poder prestar o exame final na universidade. Estima que até o meio do ano que vem já tenha seu diploma. Depois, inicia a etapa para validar o diploma boliviano com o Revalida², para o qual

2 Exame oferecido pelo governo brasileiro para revalidação do diploma de medicina. Qualquer pessoa, independente de nacionalidade, que se formou em em uma universidade estrangeira pode se inscrever.

já estuda. A prova é um meio para médicos formados em outros países poderem exercer legalmente a medicina no Brasil. Cogita, nesse meio tempo, trabalhar para o programa Mais Médicos. Acredita que o estudo na Bolívia é uma boa aplicação para o ditado “o barato sai caro”: realmente sai caro com toda a burocracia e estudo extra para provas de revalidação do diploma. “A boa é que ela (a Bolívia) te dá o diploma. E depois você tem que se virar pra aprender”.

– Você acha que merecem o preconceito com médicos formados na Bolívia?

– Acho que merecemos o preconceito, sim. Comparado ao Brasil, o nível é muito diferente. Claro que tem faculdades no Brasil que talvez sejam até piores que a Bolívia. Não dá pra generalizar.

Entre os médicos do Príncipe de Paz, os relatos são sempre os mesmos: cansados das burocracias e extorsões e já calejados do choque cultural. Muitas vezes, são acompanhados de julgamentos preconceituosos sobre o país. Entretanto, reconhecem que foram por vontade própria e que a Bolívia lhes dará o que não conseguiram no Brasil: o diploma. Os sentimentos ambíguos em relação ao seu tempo na Bolívia também são constantes nas conversas de Geremias. Assumem a dualidade do papel de brasileiro extorquido e que se deixa extorquir, do sistema corrupto e dos estudantes que se aproveitam dele, do médico que julga as ilegalidades bolivianas, mas que trabalhava ilegalmente dando plantões em hospitais brasileiros. Ele admite que além da satisfação depois do agradecimento de cada paciente, também está a vaidade. Geremias não se aplica à filosofia maniqueísta.

Nele, a única coisa preta e branca é o CRM falso xerocado que carregava nos seus plantões.

A entrada de Santa Cruz de la Sierra é um caos. A ambulância chegou na hora do trânsito, às 19h20. John hesita duas vezes antes de levar a mão ao botão da sirene. Com o giroflex ligado e o barulho incômodo da sirene, que fica ainda mais insuportável dentro do veículo, os carros vão abrindo passagem e John vai costurando as ruas do centro da cidade. Chega até o hospital e estaciona no local destinado às ambulâncias de emergência, bem na porta de entrada. Geremias desce e entra no prédio à procura de um enfermeiro que o ajude na remoção do bebê. Terminados os procedimentos, se despede da família e volta à ambulância que o espera na entrada do hospital.

O motorista sai do estacionamento e volta para as ruas de Santa Cruz de la Sierra, já mais livres do tráfego intenso da hora da chegada. Geremias dá as direções para “*el maestro*” de uma churrasceria frequentada por ele nos tempos em que participava do grupo de jeepeiros. Deseja um *Pique Macho*³, prato típico de Santa Cruz, do qual sente saudades sempre que está no Brasil. Repara que a cidade cresceu, tão diferente do lugar ventoso e cheio de areia e obras inacabadas que encontrou quando chegou acompanhado da mãe em 2004. Terminam de comer e Geremias paga a conta com os 300 bolivianos dados pela administração do Príncipe de Paz como pagamento pelo deslocamento dele até ali. No caminho até a entrada para a rodovia,

3 Prato típico boliviano, muito tradicional em Santa Cruz de la Sierra. É preparado com tiras de carne bovina, linguiça, batata frita, ovos e molho apimentado.

param para abastecer e limpar o para-brisa, cemitério dos insetos que não conseguiram escapar do veículo no percurso de ida. John balança a ambulância no intento de fazer caber um pouco mais de gasolina. Paga ao frentista e se coloca atrás do volante. Dirige poucos quilômetros até aceitar a oferta do brasileiro de conduzir enquanto ele tira um cochilo e faz a digestão do jantar pesado. Geremias assume a direção e pega a estrada no sentido a Puerto Quijarro, em direção ao limbo do seu tempo como *provinciano* e para mais perto do seu CRM.



